

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RODRIGO MILISZEWSKI DICHUTA

**A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA PARA A UNIÃO EUROPEIA DE 2007 A
2017**

Porto Alegre

2018

RODRIGO MILISZEWSKI DICHUTA

**A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA PARA A UNIÃO EUROPEIA DE 2007
A 2017**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto
Fagundes Visentini

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Dichuta, Rodrigo Miliszewski

A Política Externa da Turquia para a União Europeia de 2007 a 2017 / Rodrigo Miliszewski Dichuta. -- 2018.

54 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Política Externa. 2. Turquia. 3. União Europeia. 4. Relações Bilaterais. I. Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

RODRIGO MILISZEWSKI DICHUTA

**A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA PARA A UNIÃO EUROPEIA DE 2007 A
2017**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 11 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Profª. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

Aos povos que lutam para seguir seus
caminhos sem grilhões.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à República Federativa do Brasil pelo custeio dos meus estudos em uma das melhores universidades da América Latina e, assim, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela oportunidade de tornar-me Bacharel em Relações Internacionais. Igualmente, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, e a todo o corpo docente do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas desta Universidade pela atenção e ensinamentos.

Agradeço aos meus pais pelo amor, pelo carinho e por sempre terem colocado a minha educação e de minhas irmãs em primeiro lugar. Agradeço-lhes pelos ensinamentos de vida e por me mostrarem o exemplo a ser seguido.

Finalmente, agradeço aos meus amigos pela paciência, pelos conselhos e pelo companheirismo durante este ano desafiador.

“Devemos julgar um homem mais pelas suas perguntas que pelas respostas.”

Voltaire

RESUMO

A Turquia localiza-se no ponto de encontro entre a Ásia e a Europa, dispondo de uma localização geográfica estratégica na cena internacional. Suas relações exteriores durante o século XX, no entanto, foram marcadas por limitarem-se a uma relação quase exclusiva com o Ocidente, mais expressivamente com a Europa. Neste sentido, a busca pela adesão à União Europeia determinou sua conduta diplomática até o ano de 2007, quando se identifica uma inflexão na sua política externa para o velho continente. Paradoxalmente, o mesmo partido que conquistou a abertura das negociações de adesão em 2005, antiga aspiração do establishment kemalista, afastou-se do projeto de integração, estagnando o processo de europeização turco e dando início a uma política externa de cunho multilateralista e pragmático. Diante deste contexto, esta pesquisa questiona de que forma a política externa da República da Turquia para a União Europeia alterou-se no período 2007-2017. Para tanto, argumenta-se que, diante de seus impasses internos, a Turquia identificou, em meio a sua bem-sucedida política de diversificação de parceiros e em vista das respostas europeias adotadas em relação à conduta do governo AKP, que seu objetivo de aderir ao bloco está cada vez mais incerto e, portanto, adotou uma agenda de atuação externa para a Europa mais independente deste fim.

Palavras-Chaves: Turquia; União Europeia; Relações Bilaterais; Processo de Adesão; Política Externa.

ABSTRACT

Turkey is located at the point where Asia and Europe meet, disposing of a strategic geographical location in the international scene. However, the Turkish foreign policy during the XXth century is characterized by limiting itself to an almost-exclusive alliance with the West, more specifically with Europe. In this sense, the Turkish search to become a member of the European integration project determined its diplomatic conduct until 2007, when a change of axis in its relations towards Europe is identified. Paradoxically, the same political party that achieved the opening of the accession negotiations in 2005, an old ambition of the Kemalist establishment, turned away from the integration project, stagnating the Turkish Europeanization process and launching a pragmatic multilateral foreign policy. Given this context, this research questions how the Republic of Turkey's foreign policy towards the European Union altered itself from 2007 to 2017. Therefore, we argue that, given its domestic impasses, the Turkish government has identified, amid its successful policy of diversifying diplomatic partners and in light of the European reactions towards the AK Party's conduct, that the achievement of its goal of integrating the European Union is increasingly uncertain and, thus, has adopted a more independent from this purpose foreign policy towards Europe.

Key-Words: Turkey; European Union; Bilateral Relations; Accession Process; Foreign Policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	ANTECEDENTES: A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DA REPÚBLICA DA TURQUIA E A SUA POLÍTICA EXTERNA PARA A EUROPA ATÉ 2007.....	12
2.1	A Europa nas Transformações no Império Otomano.....	13
2.2	A República da Turquia e a Europa durante o Século XX	15
2.3	A União Europeia no Primeiro Governo AKP	21
3	A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA PARA A UNIÃO EUROPEIA NA SEGUNDA LEGISLATURA DO AKP (2007-2011)	23
3.1	A Europa em Meio ao Novo Pragmatismo Turco	24
3.2	As Mudanças no Processo de Europeização Turco	27
4	A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA NO PÓS PRIMAVERA ÁRABE	31
4.1	As Respostas Turco-Europeias à Crise Migratória.....	32
4.2	A Tentativa de Golpe de 2016 e os seus Impactos nas Relações Turco-Europeias	35
4.3	O Triângulo EU-Turquia-Rússia	39
5	CONCLUSÕES.....	46
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo descrever e analisar a política externa da República da Turquia para a União Europeia (UE) no período que sucede o ano de 2007, quando tem início a segunda legislatura do partido governante, até 2017, quando a adoção de reformas constitucionais impactaram não apenas o ordenamento jurídico turco, mas também suas relações com o bloco europeu. O início do segundo mandato do Partido da Justiça e Desenvolvimento (*Adalet ve Kalkınma Partisi* - AKP) inaugura o período abordado por marcar o começo de uma atuação externa frente aos seus vizinhos europeus dissonante daquela empregada nos anos anteriores. Fazendo uso de uma diplomacia de cunho mais independente, a Turquia afastou-se do bloco europeu durante este período e logrou tornar-se um modelo para os países árabes, aproximando-se estrategicamente destes e relegando a um segundo plano suas relações com o bloco europeu (MARCOU, 2013; PAUL, 2012; NASSER; ROBERTO, 2016).

Desde sua primeira vitória nas eleições parlamentares em 2002, o governo AKP logrou abrir oficialmente as negociações da adesão turca à UE, desenvolvendo uma agenda positiva junto ao Conselho Europeu e aos países que compõem o bloco, assim como dando início a um intensivo processo de europeização do ordenamento jurídico turco (KANBUR; BERNAT, 2013; KAYGUSUZ, 2012). Todavia, no prelúdio de seu segundo mandato, o partido governista passou a adotar uma conduta diplomática de afastamento dos seus parceiros europeus, inaugurando um novo eixo na política externa turca para a UE (MARCOU, 2013). Apesar dessa significativa mudança na condução de sua política externa, o estudo da diplomacia turca levada a cabo nos últimos anos ainda permanece uma área pouco explorada por analistas brasileiros de Relações Internacionais.

A Turquia caracteriza-se como um Estado-chave nas relações internacionais do Oriente Médio, mas também da Europa. No entanto, as transformações da política externa turca para o velho continente são raramente abordadas pelos analistas, sendo, desta forma, necessários estudos, como a presente monografia, que descrevam e analisem estas transformações, do momento de inflexão até os anos mais recentes.

A recente política regional da Turquia, com efeito, ofusca, na academia e na mídia, suas relações diplomáticas com os demais atores internacionais. No entanto, a compreensão da política externa turca para a UE demonstra-se determinante para o entendimento do cenário internacional mediterrâneo e, neste sentido, da crise migratória internacional, da política de segurança energética da UE e da Turquia e suas implicações na vizinhança, do contexto geopolítico de segurança regional, das relações econômicas entre estes atores e da questão humanitária curda. Assim, analisar as relações turco-europeias demonstra-se essencial para a futura solução de problemas regionais.

Tendo em vista a importância do tema abordado, este trabalho de pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento central: De que forma a política externa turca para a UE alterou-se no período 2007-2017? E, de maneira auxiliar, aos seguintes problemas secundários: a) Como o processo de europeização da política turca se alterou? b) De que forma a Turquia lida com os impasses regionais frente à União Europeia? e, por fim, c) A adesão ao bloco europeu permanece uma prioridade da diplomacia turca?

A fim de responder a tais questionamentos, e tendo em vista que a análise de política externa, principalmente em momentos de mudanças significativas da mesma, é indissociável da análise da própria política doméstica, esta pesquisa utiliza como embasamento teórico o modelo de análise proposto por Putnam (2010) em *A Lógica dos Jogos de Dois Níveis* e, de forma mais focalizado no caso turco, o modelo de análise proposto por Robins (2007) sob o olhar da formação histórica da República da Turquia. Segundo Putnam (2010), uma análise adequada da política externa de um dado país deve contemplar os determinantes domésticos que possibilitam ou não a ação externa almejada pelos policymakers. Tendo em vista os efeitos internos de tal ação e a hierarquia de prioridades do Estado e do governo, esta análise deve levar em consideração os partidos políticos, os grupos de interesse, as classes sociais, os atores políticos - sejam eles do legislativo, do judiciário ou do próprio executivo - e a opinião pública na formulação de tal política externa. Esta compreensão da relação de retroalimentação entre os dois níveis da política demonstra-se essencial para a análise de negociações, a exemplo das cruciais, ao que esta pesquisa se propõe, negociações de adesão entre a Turquia e a UE. De forma complementar à análise, o modelo proposto por Robins (2007)

aborda o contraste entre o aparato estatal kemalista laico e o pós-islamismo, especialmente com a chegada do AKP ao poder em 2002, propondo quatro categorias para suas relações - convergência, desarmonia contida, divergência ideológica e neutralidade.

Frente ao questionamento central, apresenta-se a hipótese de que, a partir do segundo governo AKP, ao lidar com seus impasses internos e securitários, a Turquia, frente à deterioração das suas relações com o bloco europeu e à sua bem-sucedida política externa para o Oriente Médio, teria identificado que seu objetivo de aderir ao bloco está cada vez mais incerto e, portanto, teria adotado uma agenda de atuação externa para a Europa mais independente deste fim, relegando às relações turco-europeias um papel complementar. Para os questionamentos auxiliares, conjectura-se que o processo de europeização da Turquia desacelerou-se por conta da paralisação das negociações de adesão em 2007, enquanto que as reformas judiciais e constitucionais levadas a cabo pelo governo AKP buscavam a consolidação do poder do partido e a implementação de um sistema presidencialista no país, não objetivando o avanço do processo de adesão à UE; que, frente às problemáticas regionais oriundas das Revoltas Árabes, a Turquia, fazendo uso de uma atuação externa mais assertiva, passou a barganhar frente ao bloco europeu, utilizando sua posição estratégica para auferir ganhos; e que, apesar da retórica provocativa para a UE e da paralisação das negociações de adesão, a Turquia mantém-se candidata a aderir o bloco europeu, sem, no entanto, fazer deste sua prioridade a curto e médio prazo.

A fim de verificar as hipóteses propostas, esta pesquisa descritiva, fazendo uso do método hipotético-dedutivo, utiliza dados primários, no que diz respeito à análise de documentos disponíveis das diplomacias turca e europeia, e secundários, oriundos da pesquisa e revisão bibliográficas. Tendo em vista a contemporaneidade do objeto de pesquisa, a análise de documentos primários é feita conforme disponibilidade, considerando-se que os documentos da diplomacia turca para o período analisado encontram-se sob sigilo de Estado. Todavia, demonstra-se possível a análise dos Relatórios de Progresso sobre a Turquia, elaborados pela Comissão Europeia, pois estes são publicados anualmente apontando os progressos e regressos do processo de europeização turco e pautando as relações

turco-europeias. Além disso, utiliza-se igualmente reportagens jornalísticas para fins de ilustração.

A utilização de dados secundários, por outro lado, apresenta-se como a principal ferramenta de análise, tendo em vista a escassez de dados primários. Desta forma, a utilização de análises conjunturais sobre as relações turco-europeias contemporâneas é indispensável para o embasamento desta pesquisa, pois, como mencionado anteriormente, por se tratar de um período recente de análise, a disponibilidade de publicações acadêmicas apresenta-se como um entrave à coleta de dados. Desta forma, a revisão bibliográfica concentra-se sobre periódicos como o *Insight Turkey*, jornal de estudos políticos turcos, baseado em Istambul e com quatro publicações por ano, o *European Council on Foreign Relations*, think tank europeu com sede em Londres que trata sobre as relações exteriores do bloco, e o *Turkish Studies Journal*, periódico com sede em Herzliya, Israel, que analisa a conjuntura doméstica e externa da política turca. Bibliografias acadêmicas monográficas sobre o tema são igualmente utilizadas, porém reconhece-se que estas se tornam progressivamente escassas conforme a análise aproxima-se do período presente.

A Turquia localiza-se numa posição estratégica entre o Ocidente e o Oriente e constituiu durante séculos um império que rivalizou com as potências europeias. Hoje, esta jovem república encontra-se no centro de entraves regionais, como a crise migratória internacional, a política energética europeia e a garantia da segurança regional, além de ter se consolidado como um modelo aos países da região, enquanto se mantém candidata a integrar o bloco europeu (BARKEY; TASPINAR, 2006; BROCK, 2014; CEBECI; ÜSTÜN, 2012; NASSER; ROBERTO, 2016). Por estas razões, analisar de que forma este país alterou suas relações frente ao bloco europeu e descrever sua nova orientação diplomática demonstram-se essenciais para a compreensão da política externa contemporânea da Turquia.

2 ANTECEDENTES: A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DA REPÚBLICA DA TURQUIA E SUA POLÍTICA EXTERNA PARA A EUROPA ATÉ 2007.

A República da Turquia declarou-se formalmente independente em 1923, como resultado da Guerra de Independência Turca, que caracterizou-se como uma reação do Movimento Nacionalista Turco à assinatura do Tratado de Sèvres (1920) que, além de selar a paz entre os Aliados e o Império Otomano após o fim da Primeira Guerra Mundial, dividia a Anatólia em zonas de ocupação e sedia territórios a Estados fronteiriços, como a Armênia. Suas relações com o continente europeu são, no entanto, muito mais antigas e foram determinantes nas transformações sociais que levaram à própria declaração de independência (ZURCHER, 2004).

O estabelecimento de relações com a Europa, ainda durante o Império Otomano, engendrou, por meio do intercâmbio cultural, a formação de jovens de elite ocidentalizados e progressivamente em contato com conceitos modernos, como o nacionalismo. O avanço do nacionalismo turco culminou na formação de grupos políticos, notavelmente o movimento dos Jovens Turcos, que objetivavam a transformação do Império em um legítimo Estado-nação moderno, a fim de assegurar sua própria defesa na arena internacional, com uma burocracia estatal baseada na racionalidade e na laicidade. Este movimento, então, identificou o fim da Primeira Guerra Mundial e o contexto do Tratado de Sèvres como a conjuntura propícia à sua atuação. Sob a liderança de Mustafa Kemal Atatürk, o movimento expandiu-se e deu início à guerra que conquistou a independência da Turquia (BOZDAGLIOGLU, 2008).

Como característica da Revolução Kemalista, que dominou a estrutura estatal turca após a independência, as relações exteriores da recém-formada República da Turquia foram marcadas, durante o século XX, pela sua aliança quase exclusiva com o Ocidente, expressivamente com a Europa. Com efeito, este alinhamento diplomático para com o Oeste foi o meio encontrado pelos dirigentes turcos de evitar a submissão turca às potências europeias e a perda territorial, integrando seu grupo. Esta escolha diplomática manteve-se e intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, quando a Turquia se tornou membro ou membro-fundador de diversas organizações ocidentais e candidatou-se a fazer parte do processo de integração europeu, o qual já acompanhava com atenção (*ibidem*, 2008).

A postura adotada pela elite kemalista em matéria de política externa, no entanto, passou a sofrer oposição a partir dos anos de 1960, quando partidos políticos islâmicos foram formados, tendo suas origens nas zonas rurais turcas. Estes grupos passaram a defender uma reorientação da diplomacia turca para o Oriente Médio, com o qual as relações eram mantidas a um mínimo, e o abandono da aspiração à integração europeia. A defrontação entre os grupos políticos gerou, diversas vezes, instabilidade política no cenário doméstico turco, afetando as negociações com o continente europeu e culminando nos golpes militares de 1960, 1971, 1980 e 1997 (BOZDAGLIOGLU, 2008; ZURCHER, 2004).

Apesar da instabilidade política e da oposição de certos grupos políticos, as relações entre a República da Turquia e a Europa avançaram, especialmente durante a década de 1990. Além do pedido formal de adesão enviado a Bruxelas anos antes, o período compreendeu a reativação do Acordo de Ancara e a implementação da união aduaneira, até que as relações se deterioraram novamente em 1999, por conta do Conselho Europeu (CANAN, 2007).

Após a renúncia de Necmettin Erbakan em 1997, no que ficou conhecido como o primeiro golpe de Estado pós-moderno, o islã político voltou a protagonizar a política turca em 2002, na figura do Partido da Justiça e Desenvolvimento (*Adalet ve Kalkınma Partisi* - AKP), cuja principal liderança reside no atual presidente Recep Tayyip Erdogan. Paradoxalmente, foi durante a primeira legislatura deste partido de origens islâmicas que as relações com o continente europeu mais avançaram, atingindo seu ápice em 2005 com a abertura oficial das negociações de adesão. As razões por trás do empenho diplomático turco para com a Europa no período, no entanto, como demonstraremos, foram outras além do projeto de adesão (MARCOU, 2013; ROBINS, 2007; TOCCI, 2005).

2.1 A Europa nas transformações no Império Otomano

O marco inicial da política externa turca para a Europa se encontra no momento de declínio do Império Otomano, quando, ao reconhecer a superioridade militar das potências europeias, os governantes otomanos enviaram missões de representação e estabeleceram embaixadas nas capitais europeias. Estas ações

tinham como objetivo analisar e possibilitar o intercâmbio de conhecimento tecnológico entre as duas civilizações. Como resultado, o Império deu início, por volta de 1830, ao chamado *Tanzimat*, ou reforma do Império Otomano, que consistia na adoção de aspectos materiais da civilização europeia (BOZDAGLIOGLU, 2008; CANAN, 2007). No entanto, não apenas o conhecimento tecnológico europeu foi assimilado, como as ideias positivistas e os valores europeus também, sobretudo na estrutura militar otomana (BOZDAGLIOGLU, 2008).

Ao criar uma elite burocrática e militar instruída segundo valores europeus, a sociedade otomana experienciou uma clivagem política entre secularistas e islamistas. Com efeito, a disseminação de valores seculares no sistema educacional otomano engendrou a formação de uma geração de jovens ocidentalizados que se opunham aos valores islâmicos no Estado (BOZDAGLIOGLU, 2008). A propagação destes jovens, que se identificavam progressivamente com a ideia de nacionalismo e menos com o islã, levou à criação do movimento Jovens Turcos e à fundação do Comitê para a União e o Progresso (CUP), que demandavam o aprofundamento das reformas ocidentalizantes no Império como forma de modernizá-lo. Após a Revolução de 1908, também chamada de Revolução dos Jovens Turcos, que inaugurou a era do multipartidarismo no Parlamento Otomano, o CUP permaneceu como o maior partido governante até 1918 (JENSEN, 2017).

Após a derrota otomana durante a Primeira Guerra Mundial, o movimento nacionalista turco acelerou sua expansão, sobretudo sob a liderança de Mustafa Kemal Pasha, antigo integrante do CUP e apoiado por outras lideranças militares e ativistas (JENSEN, 2017). Esta expansão do Movimento Nacional Turco, em meio ao contexto do Tratado de Sèvres (1920), culminou na Guerra de Independência Turca e na criação da República da Turquia em 1923, tendo como seu primeiro presidente o próprio Mustafa Kemal Pasha (Atatürk), então líder do movimento (ZURCHER, 2004).

2.2 A República da Turquia e a Europa durante o século XX

A Revolução Kemalista se tornou um efeito inevitável da modernização anteriormente empregada pelo antigo Império Otomano, ao criar uma elite nacional

alinhada aos valores ocidentais, a chamada elite Kemalista. Como resultado, as antigas instituições otomanas foram reformadas ou abolidas e, de forma mais expressiva, o islã foi separado da vida pública. Na política externa turca, aprofundar este processo de modernização do Estado Turco significava alinhar-se às potências europeias e, num sentido mais amplo, ao Ocidente como um todo. No entanto, é necessário frisar que este alinhamento significava, para a elite burocrática e militar kemalista, integrar o grupo das potências europeias como uma forma de não ser submissa a elas, especialmente frente aos conflitos territoriais não resolvidos pelo Tratado de Lausana em 1923 (BOZDAGLIOGLU, 2008; ZURCHER, 2004).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, dando continuidade a este alinhamento ao Ocidente e buscando a preservação do *status quo* territorial, a Turquia tornou-se membro de diversas organizações internacionais, sobretudo do bloco capitalista. Tornou-se membro-fundador das Nações Unidas em 1945, membro do Conselho da Europa em 1949, parte integrante do Plano Marshall em 1947 e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1952 e, em 1959, candidatou-se a um acordo de associação à Comunidade Econômica Europeia (CEE), sendo este formalizado em 1963. Este alinhamento da política externa turca ao bloco ocidental, mais expressivamente à Europa, aliado ao movimento interno de distanciamento das práticas e tradições islâmicas, teve como consequência o afastamento diplomático da Turquia de seus vizinhos no Oriente Médio, sendo estas relações mantidas ao mínimo necessário (BOZDAGLIOGLU, 2008; CANAN, 2007).

Neste contexto, a atenção dos *policymakers* turcos para os processos de integração europeia se deu muito antes da formação da CEE, quando, liderada pela França e Alemanha, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi criada em 1952. Na concepção dos diplomatas turcos, a CECA não seria apenas o começo de uma integração econômica, mas a construção das bases de uma União Europeia com forte atuação no campo político. Neste sentido, as relações entre os membros da CECA e os desdobramentos, em Paris, naquilo que dizia respeito à integração eram atentamente acompanhados e relatados a Ancara, proporcionando à Turquia, juntamente com sua participação no Conselho da Europa e na OTAN, informações tangíveis sobre a política europeia (ÇALIS, 2004).

Num primeiro momento, tendo em vista que as indústrias de carvão e aço turcas eram primitivas quando comparadas às aquelas na Europa, a política adotada

por Ancara foi de esperar e observar os desenvolvimentos da CECA e estimular um maior avanço da Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE), da qual já fazia parte. No entanto, a frustração das negociações de formação da Associação Europeia de Livre Comércio, projeto de integração adversário à CECA e defendido pelo Reino Unido, e a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957 levaram a Turquia a inclinar-se a esta última. Quando, em 8 de junho de 1959, a Grécia candidatou-se a um acordo de associação à CEE, a Turquia rapidamente, em 31 de julho de 1959, fez o mesmo, pois permanecer fora do processo de integração da Europa, seu maior parceiro comercial, seria impensável para os dirigentes turcos (ÇALIS, 2004).

No entanto, não apenas o caráter econômico desta relação fora levado em conta ao emitirem a carta de associação a Bruxelas. Segundo Çalis (2004), a política externa da Turquia para a CEE, neste período, teve como diretriz a premissa de que o país deveria integrar quaisquer organizações ocidentais das quais a Grécia fizesse parte. Muitos afirmam que a razão para tal política consistiria na árdua competição entre os dois países e no receio dos tomadores de decisão turcos de que a Grécia pudesse agir contra os interesses da Turquia no plano da política externa. No entanto, Çalis (2004) afirma que as relações bilaterais entre Turquia e Grécia se encontravam em um estágio de cordialidade no período abordado, frisando que o medo que existia era, na verdade, de que, se a Turquia não agisse junto aos gregos, ela seria ofuscada e isolada da arena europeia, algo que feriria os princípios do próprio Estado kemalista.

Se, pelo lado identitário desta elite kemalista, alinhar-se às potências europeias significava aprofundar a modernização do Estado e sociedade turcos, pela perspectiva geopolítica, integrar o sistema internacional de alianças e aprofundar suas relações com a Europa significavam salvaguardar a segurança e a integridade territorial do Estado turco durante a Guerra Fria, especialmente pela sua geografia estratégica de controle dos estreitos (BATU, 1964). Desta forma, desde o fim da Segunda Guerra, a Turquia é conhecida pela permanência das suas escolhas diplomáticas, *i.e.* pela sua aliança quase exclusiva com o Ocidente, mais expressivamente com o continente europeu (MARCOU, 2013).

No entanto, a Revolução Kemalista no Estado Turco e a manutenção deste alinhamento às potências europeias não se mantiveram sem oposição dentro da

sociedade turca. Os efeitos desta modernização levada a cabo na primeira metade do século XX não promoveram, de forma substancial, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e periféricas, sendo os benefícios desta nova configuração econômica e social usufruídos apenas pela elite intelectual urbana. Além disso, estas populações afastadas dos grandes centros urbanos identificavam-se expressivamente com as tradições islâmicas que a Revolução Kemalista abruptamente removeu da esfera pública, reacendendo, desta forma, o conflito entre tradicionalistas e aqueles que defendiam a modernização ocidentalizante da Turquia. Como resultado desta polarização, os anos de 1960 e 1970 foram marcados pela emergência do islã político, com a ascensão de partidos políticos e demais grupos ativistas que clamavam por um revisionismo da política externa turca e, de modo geral, dos próprios valores do Estado (BOZDAGLIOGLU, 2008).

Deste modo, após a redemocratização turca na década de 1960, grupos políticos como o Partido da Ordem Nacional, liderado por Necmettin Erbakan, fizeram uso do crescente sentimento antiocidental disseminado na população para auferir ganhos políticos, utilizando-se do discurso de que a assimilação de valores europeus e, portanto, a própria modernização turca eram incompatíveis com a cultura muçulmana. Este movimento ganhou expressividade principalmente nas décadas de 1980 e 1990, colocando em questionamento o kemalismo e, desta forma, sua orientação de política externa. Enquanto o grupo governante acreditava que a melhor forma de proteger a integridade territorial e defender os interesses turcos estava na manutenção do sistema internacional de alianças e na aproximação progressiva à Comunidade Econômica Europeia, os islamistas acreditavam que os interesses do Estado Turco residiam no mundo e civilização muçulmanos, sendo, assim, necessária a reorientação do eixo diplomático turco para a região (BOZDAGLIOGLU, 2008).

No entanto, apesar da oposição, as negociações do acordo de associação à Comunidade Econômica Europeia chegaram a um consenso e, em 1963, o Acordo de Ancara foi assinado, garantindo à Turquia que, assim que os termos do acordo avançassem suficientemente, as partes contratantes examinariam a possibilidade da adesão turca à Comunidade. O acordo consistia em três etapas: período preparatório, período transitório e o período final, quando a união aduaneira entre as duas partes seria implementada. Economicamente, a Turquia não se encontrava

suficientemente desenvolvida para tornar-se membro e, portanto, os avanços alcançados foram majoritariamente políticos, como o livre-movimento de trabalhadores, visto que a Europa necessitava de mão-de-obra para sua reconstrução, dando origem à grande comunidade de origem turca atualmente na Alemanha. Apesar de que, para os dirigentes europeus, a Turquia não estava pronta para o período transitório, estes perceberam que o isolamento apenas agravaria a instabilidade econômica e política vivida no país com o golpe militar de 1960, dando, então, início às negociações para o Protocolo Adicional em 1969. Este protocolo entrou em vigor em 1º de janeiro de 1973, dando fim ao período preparatório e dispendo sobre a harmonização das políticas econômicas, a adoção de tarifas externas comuns e estabeleceu o processo de redução tarifária cumulativa para commodities (AYBEY, 2004).

Esta segunda etapa mostrou-se particularmente difícil para Ancara, visto que não obteve sucesso em alcançar todos os requisitos do Protocolo Adicional. Dentre estes requisitos, a redução das suas tarifas externas foi frustrada pelas dificuldades impostas pelo Choque do Petróleo de 1973. Com efeito, as relações entre Ancara e a CEE se deterioraram nas décadas de 1970 e 1980 em razão da incapacidade do Estado turco de cumprir os requisitos do Protocolo Adicional, da intervenção militar turca no Chipre em 1974 e do golpe de Estado por parte dos militares turcos em 1980. A Grécia, tendo então se tornado o décimo Estado a integrar a Comunidade, passou a exercer uma influente pressão contra os interesses turcos de dentro da própria CEE, especialmente frente à questão cipriota, bloqueando pacotes de ajuda financeira. Somente na segunda metade da década de 1980, quando a democracia turca se viu restaurada e as reformas econômicas liberais de Turgut Özal surtiram efeito, a agenda entre Ancara e Bruxelas mostrou-se positiva novamente (AYBEY, 2004).

Dispendo deste contexto favorável e baseando-se no Artigo 237 do Tratado de Roma, acordo constitutivo da Comunidade Econômica Europeia, o Primeiro-Ministro Turgut Özal emite a Bruxelas, em 14 de abril de 1987, o pedido formal de adesão turca à Comunidade, sendo este pedido apoiado pelo Conselho Europeu em 1990. Entretanto, embora as relações entre Ancara e Bruxelas estivessem num período cordial e positivo, o pedido de adesão turca não foi feito no momento mais adequado, tendo em vista que o último processo de expansão da CEE havia se

dado um ano antes, em 1986, agregando Portugal e Espanha, e que, com o Ato Único Europeu, a agenda da Comunidade estava focada em aprofundar a integração, ao contrário de expandi-la novamente naquele momento (AYBEY, 2004).

Neste contexto de imobilidade frente ao pedido de adesão turco e com a utilização do poder de veto, por parte da Grécia, para o pacote de cooperação econômica com a Turquia proposto no Conselho Europeu, a alternativa encontrada, nas negociações, foi a reativação do Acordo de Ancara e a implementação da união aduaneira prevista nele. Desta forma, em 1995, o acordo de livre-comércio para os produtos selecionados foi assinado entre as duas partes e entrou em vigor em 1996, fazendo da Turquia o primeiro país a estabelecer uma união aduaneira com a CEE sem, no entanto, ser um membro efetivo (AYBEY, 2004; CANAN, 2007).

Quando, em 1997, a agora denominada União Europeia lançou seu conhecido processo de alargamento para o Leste, a Turquia possuía a candidatura de adesão mais antiga entre os países considerados. Apesar disso, ela não foi reconhecida candidata pelo Conselho Europeu, levando o Ministro de Relações Exteriores turco, Tansu Çiller, a ameaçar de bloqueio a adesão da Polônia, da República Tcheca e da Hungria à OTAN. Apesar dos esforços, no seu encontro em Luxemburgo, o Conselho Europeu manteve sua posição de não incluir a Turquia à lista dos países com os quais as negociações de adesão iniciariam, levando o governo turco a suspender, parcialmente, seu diálogo com a União Europeia. Este rompimento parcial do diálogo entre Ancara e Bruxelas durou até 1999, quando, no Encontro de Helsinki, o Conselho Europeu concedeu à Turquia sua candidatura e documentou-o, estabelecendo que a Turquia é um país candidato destinado a integrar a União Europeia (CANAN, 2007; CONSELHO EUROPEU, 1999).

No plano da política interna, estas conquistas frente à União Europeia não foram fáceis de se atingir. O indicativo mais forte da ascensão do islã político na Turquia, o qual possuía como mais expressivo ponto de divergência ao Kemalismo a adesão à Comunidade Econômica Europeia, se deu nas eleições locais de 1994 e parlamentares de 1995. Assim, em março de 1994, o Partido do Bem-Estar, liderado por Necmettin Erbakan, alcançou 19,7% dos votos nas eleições locais, elegendo prefeitos pró-islamistas em vinte cidades, inclusive Recep Tayyip Erdogan como prefeito de Istambul. Em dezembro de 1995, nas eleições parlamentares, o partido alcançou números ainda mais expressivos, atingindo 21% do total de votos e

elegendo 158 membros para o parlamento. O novo governo de coalizão foi, então, formado em junho de 1996, com o secular Partido do Caminho Verdadeiro, tendo como Primeiro-Ministro Necmettin Erbakan, o primeiro islamista a governar a República da Turquia. O novo governo da Turquia demonstrou a clivagem da própria sociedade turca entre conservadores islâmicos e a elite secular kemalista, pois, enquanto o Vice-Primeiro-Ministro de orientação ocidental, Tansu Çiller, visitava governantes europeus em busca de uma agenda positiva, o Primeiro-Ministro Erbakan recebia a visita do líder da Irmandade Muçulmana como seu primeiro visitante estrangeiro. Da mesma forma, enquanto Çiller visitava capitais europeias, Erbakan era recebido em países islâmicos como Irã e Líbia, reafirmando a identidade muçulmana turca (BOZDAGLIOGLU, 2008).

Apesar dos esforços do Vice-Primeiro-Ministro, Erbakan logrou dominar o plano da política externa, tendo como um dos seus objetivos o estabelecimento da Organização D-8 para a Cooperação Econômica, reorientando o eixo diplomático turco para países muçulmanos, nesta organização que possui como membros Turquia, Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Nigéria e Paquistão (BOZDAGLIOGLU, 2008). No entanto, no plano interno, as relações entre o governo e as forças armadas, de formação e orientação kemalistas, começaram a se deteriorar. O primeiro ponto de confronto se deu quando o prefeito de Sincan organizou a 'Noite de Jerusalém' em apoio aos palestinos, na qual o embaixador do Irã em Ancara discursaria, levando as forças armadas a anunciar a criação de uma força-tarefa na marinha turca, com o objetivo de investigar ameaças fundamentalistas ao Estado. Em 28 de fevereiro de 1997, as Forças Armadas turcas emitiram ao governo uma lista de treze demandas, que, apesar de aceitas, não foram cumpridas. O Conselho Nacional de Estado, integrado pelo alto-escalão militar, decide, então, emitir suas demandas novamente, porém sob forma de ultimato. Pressão por parte dos militares a membros do judiciário e jornalistas levaram ao pedido de fechamento do Partido de Bem-Estar e à intensificação da crise política. Como resultado, em 18 de junho de 1997, Necmettin Erbakan renuncia frente àquilo que ficou conhecido como o primeiro golpe de Estado pós-moderno (BOZDAGLIOGLU, 2008; ZURCHER, 2004).

2.3 A União Europeia no Primeiro Governo AKP

A partir das eleições gerais turcas de novembro de 2002, evidenciamos a vertiginosa ascensão do recém-criado Partido da Justiça e Desenvolvimento (*Adalet ve Kalkınma Partisi* - AKP), que obteve 34,3% dos votos nacionais e dois terços dos assentos no parlamento turco. De origem islâmica, o partido possui suas raízes no antigo partido de Necmettin Erbakan, tendo sido Recep Tayyip Erdogan, sua principal liderança, eleito prefeito de Istambul pelo Partido do Bem-Estar em 1994. Desta forma, Erdogan é eleito Primeiro-Ministro da República da Turquia em 12 de março de 2003, levantando suspeitas, por parte da elite secular kemalista, do futuro das políticas interna e externa da República (BOZDAGLIOGLU, 2008).

A principal preocupação desta elite urbana kemalista e, assim, do Conselho Nacional de Segurança, em matéria de política externa, seria a reversão da aliança quase exclusiva da Turquia com o Ocidente e a ameaça à adesão turca à União Europeia por parte do governo AKP. Paradoxalmente, foi justamente durante a primeira legislatura do partido que a Turquia logrou abrir as negociações com Bruxelas, passando diversos pacotes de reformas demandados pela União, dando início ao chamado processo de europeização turco (BOZDAGLIOGLU, 2008). Dentre estas reformas, podemos citar a abolição da pena de morte em tempos de guerra, a liberdade expressão, a liberdade da imprensa e a liberdade de associação foram expandidas, a lei anti-terror foi revista de forma a permitir mais direitos políticos e civis e um novo código penal foi promulgado. A Comissão Europeia apreciou as reformas judiciais implementadas e as tomou como um sinal da determinação turca de alinhar-se aos valores europeus e, desta forma, aos critérios acordados em Copenhague, que determinam a elegibilidade de um país a aderir à União. Assim, em 2004, no seu Relatório de Progresso, a Comissão confirmou suficiente cumprimento destes critérios e recomendou que as negociações de adesão se iniciassem (AYBEY, 2004; CANAN, 2007).

Estas negociações se iniciaram em outubro de 2005, porém só atingiram o encerramento de um capítulo, ciências e pesquisa, em 2006, de um total de trinta e cinco. Além deste, foi acordada a abertura de outros sete, permanecendo todos em aberto na medida em que a primeira legislatura do AKP se encerrava (KANBUR; BERNAT, 2013). Segundo Tocci (2005), o comprometimento do partido com as

reformas políticas e jurídicas demandadas pela União Europeia e o seu comprometimento com a adesão foram calculados pelos dirigentes como um dos meios mais eficientes para legitimar o governo AKP, de origem islâmica, frente à comunidade internacional e ao aparato secular kemalista do Estado Turco. Desta forma, a partir do segundo mandato do AKP, em 2007, uma série de inflexões diplomáticas importantes são observadas, sobretudo em relação à União Europeia (MARCOU, 2013).

3 A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA PARA A UNIÃO EUROPEIA NA SEGUNDA LEGISLATURA DO AKP (2007 - 2011)

A reeleição de Recep Tayyip Erdogan como Primeiro-Ministro da Turquia nas eleições gerais de 22 de julho de 2007 trouxe consigo alterações sensíveis no campo da política externa. Durante a legislatura anterior, a política externa do partido governante foi levada a cabo com a orientação de não entrar em conflito com o establishment kemalista da burocracia estatal e das forças armadas, o que havia levado à renúncia de Necmettin Erbakan dez anos antes. Desta forma, com a exceção de alguns episódios específicos, como a recusa do parlamento turco de permitir o desembarque das tropas estadunidenses no seu território a fim de invadir o Iraque e do avanço das relações turcas com a Síria, a política externa turca não dissociou-se do seu alinhamento ao Ocidente, alcançando, até mesmo, a abertura das negociações de adesão à União Europeia em 2005. No entanto, após a reeleição de Erdogan em 2007 e, mais expressivamente, após a ascensão de Ahmet Davutoglu ao posto de Ministro de Relações Exteriores em 2009, a permanência das escolhas diplomáticas turcas alterou-se significativamente (BOZDAGLIOGLU, 2008; MARCOU, 2013; TOCCI, 2005).

Neste sentido, Ancara passou a adotar uma política externa marcada pelo multilateralismo e terceiro-mundismo, expandindo sua área de influência para além das suas relações tradicionais (SPOHR, 2016). A importância dos países islâmicos para a diplomacia turca aumentou grandemente no período, revigorando suas relações comerciais e relegando à UE um papel secundário politicamente. Além disso, a crise do euro, o impasse das negociações com a UE e as críticas advindas de líderes europeus sobre a adesão turca aumentaram o euroceticismo na sociedade turca, em um contexto em que a política de zero problemas com os vizinhos de Davutoglu mostrava-se muito bem-sucedida (MARCOU, 2013; TOCCI, 2014). Em meio a esta conjuntura, o próprio processo de europeização da Turquia foi paralisado, frustrando uma das bases das negociações de adesão (KAYGUSUZ, 2012).

3.1 A Europa em meio ao novo pragmatismo turco

As legislaturas do AKP durante a primeira década dos anos 2000 inauguraram uma nova era nas relações diplomáticas da Turquia. Assim como outros países emergentes, a exemplo do Brasil, o país buscou enfatizar o caráter multilateral das suas relações diplomáticas e comerciais, expandindo sua presença para regiões fora da sua esfera de influência (SPOHR, 2016). Apesar do programa de governo do AKP enfatizar a importância das suas relações com a União Europeia, a relevância dos países islâmicos em suas relações comerciais e diplomáticas foi revigorada, neste período, para além dos seus laços tradicionais. Neste sentido, as relações com o Ocidente foram tomadas como complementares àquelas com a sociedade islâmica (BOZDAGLIOGLU, 2008). Estas mudanças na política externa turca vão de encontro com a doutrina da profundidade estratégica de Davutoglu, quando ele afirma que a Turquia, graças a sua geografia e história, possui uma profundidade estratégica que lhe possibilita ser um ator internacional com impacto global, devendo perseguir, com o uso do seu soft power, um papel de liderança em diversas regiões do globo (GRIGORIADIS, 2010).

Neste contexto, desde o momento em que Turquia obteve o reconhecimento de candidata a integrar a UE e as negociações de adesão se iniciaram, as relações turco-europeias demonstraram uma tendência decrescente. Até o ano de 2010, apenas treze dos trinta e cinco capítulos das negociações haviam sido abertos e somente um havia sido provisoriamente fechado (TOCCI, 2010). Devido a não-implantação do Protocolo Adicional relativo à união aduaneira, as negociações de oito capítulos foram congeladas, em vista da recusa turca de abrir seus portos e aeroportos aos transportes cipriotas e, em 2007, com a eleição de Nicolas Sarkozy na França, opositor aberto à adesão turca, o país europeu bloqueou outros cinco capítulos. Dois anos depois, mais cinco capítulos foram bloqueados por Chipre, tendo em vista, novamente, o não-cumprimento do Protocolo Adicional. Além da frustração das negociações de adesão, o apoio da população turca à adesão também declinou expressivamente no período, tendo a parcela dos cidadãos turcos que consideravam benéfica a adesão à UE declinado 40% (BARDAKÇI, 2007; TOCCI, 2010).

A adoção de um maior pragmatismo na condução da política externa turca indica, a partir das ações tomadas, uma mudança no seu eixo diplomático. Neste sentido, a política externa da Turquia para a UE deve ser compreendida a partir da diversificação dos seus parceiros, *i. e.* a partir do rompimento do seu alinhamento quase exclusivo com o Ocidente e das relações do governo com o establishment kemalista no plano doméstico. Assim, a partir de 2008, a Turquia passa a gozar de um prestígio inédito entre os países árabes ao se aproximar de seus países vizinhos, especialmente após a condenação turca ao ataque israelense a Gaza. Da mesma forma, apesar de sua posição enquanto membro da OTAN, ela logra manter suas relações cordiais com a Rússia durante a crise georgiana, concedendo a este país a construção de sua primeira central nuclear, e conquista o reconhecimento como mediadora do dossiê nuclear iraniano, juntamente com o Brasil (MARCOU, 2013).

Durante a segunda legislatura do AKP, a Turquia também passa a desenvolver suas relações com o Magrebe e o Maxerreque, aumentando o número de fóruns e cúpulas de encontro, acabando com a obrigatoriedade de visto e incentivando a criação de uma zona de livre-comércio entre Damasco e Casablanca. Concomitantemente, as negociações de adesão à UE se desaceleraram. Com sua nova estratégia de zero problemas com os vizinhos, idealizada por Davutoglu, as novas debandadas regionais da diplomacia turca apresentaram-se para muitos como uma alternativa à efetiva integração europeia (MARCOU, 2013). Entretanto, mesmo em meio à mudança da matriz de política externa, a importância da União Europeia nas decisões estratégicas turcas não pode ser ignorada.

Segundo Robins (2013), a agenda positiva adotada pelo AKP durante as primeiras negociações com a UE foi motivada, também, pelo desejo de mudanças no equilíbrio doméstico de poder. Segundo o autor, o partido de raízes islâmicas utilizou-se do processo de europeização da política e do judiciário turcos como forma de enfraquecer o establishment kemalista, sobretudo nas forças armadas. Desta forma, com os pacotes de harmonização turco-europeus, o governo logrou remover o controle militar do Conselho de Segurança Nacional, um dos órgãos mais

importantes do “estado profundo”¹. No entanto, este não foi o único objetivo da aproximação à UE.

Existiriam, de maneira geral, duas razões que conduzem a Turquia ao continente europeu: a visão de que a Europa pode ser uma âncora econômica para o país, garantindo a prosperidade econômica e, assim, ganhos eleitorais para o partido, visto que aproximadamente metade das exportações turcas se destinam à União e que a maior parte dos investimentos diretos externos no país é proveniente da Europa; e a visão geopolítica de que, se a Turquia aspira a ser um país central na região em que se insere, é necessário que ela demonstre sua capacidade de manter relações cordiais e prósperas com o maior e mais sólido bloco de países da sua vizinhança. Esta dualidade da política externa turca, sobretudo na segunda legislatura do AKP, é a razão, segundo Robins (2013), que define o país como um Estado de dupla gravidade, *i. e.* um país que é atraído gravitacionalmente pelas normas de comportamento de, pelo menos, duas regiões, encontrando, por outro lado, dificuldade em reconciliar estas forças.

Desta forma, a própria política de zero problemas com os vizinhos idealizada por Davutoglu estaria intrinsecamente ligada às relações turco-europeias, apesar da deterioração da mesmas. O governo em Ancara se propôs a melhorar suas relações com a UE a partir do aprimoramento das suas relações com os países vizinhos, ou seja, mostrando-se como uma ponte entre a UE e o mundo muçulmano. Para tanto, a diplomacia turca passou a afirmar que poderia proporcionar aos europeus relações mais próximas e prósperas com a região, apresentando-se como um país euro-muçulmano (ROBIN, 2013). Em 2009, o governo de Erdogan anunciou a nomeação de Egemen Bagis como novo negociador-chefe, dedicado exclusivamente à adesão e com status de ministro de Estado, reiterando seu compromisso com a União (BERNAT; KANBUR, 2013).

Apesar desta estratégia, as relações entre a Turquia e o bloco não avançaram, especialmente frente à mudança no ambiente político europeu. Durante esta segunda legislatura do AKP, opositores à adesão turca, como Nicolas Sarkozy e Angela Merkel, venceram as eleições em seus países, e antigos apoiadores de Erdogan, como Schröder e Blair, perderam seus postos. Além disso, a contínua recusa de Ancara em reconhecer a República do Chipre, membro efetivo da UE,

¹ Grifo nosso, em inglês: “deep state”.

levou o Conselho da União Europeia a repetidamente condenar como problemática a atuação externa turca e a bloquear diversos capítulos das negociações (BERNAT; KANBUR, 2013; PAUL, 2012). Como resultado deste impasse, o próprio processo de europeização turco passou a se alterar (PAUL, 2012). Assim, se, durante o primeiro governo AKP, o grande marco da política externa turca foi a abertura das negociações de adesão à UE e a harmonização com os Critérios de Copenhague, na segunda legislatura do partido, o marco foi a diversificação das suas relações comerciais e diplomáticas e a deterioração das suas relações com o velho continente (ROBINS, 2013).

3.2 As mudanças no processo de europeização turco

O conceito de europeização é definido como o processo de transformação vertical de um país que ambiciona aderir à UE. Esta transformação caracteriza-se pela adoção de valores e normas definidos pelos Critérios de Copenhague e pela Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, a base sobre a qual é julgada a elegibilidade de um país a aderir à União. Entre estes critérios, podemos citar o respeito aos direitos humanos, a consolidação de instituições e procedimentos democráticos e a estabilidade política (KAYGUSUZ, 2012).

Durante o período de 1999, quando a candidatura turca à UE foi reconhecida, a 2005, quando as negociações de adesão se iniciaram, o processo de europeização turco demonstrou tangíveis avanços. Como resultado, a pena de morte foi abolida mesmo em tempos de guerra, as liberdades de imprensa, expressão e de associação foram expandidas, lecionar e radiodifundir em outras línguas além do turco foi permitido, a lei antiterrorismo foi revista, novos códigos civil e penal foram adotados, o número de membros civis no Conselho Nacional de Segurança foi expandido de cinco para nove e novos julgamentos de casos contrários ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos foram permitidos. Consequentemente, em 2004, em seu relatório de progresso, a Comissão Europeia confirmou que a Turquia havia atingido cumprimento suficiente dos Critério de Copenhague, recomendando a abertura das negociações (CANAN, 2007).

No entanto, a partir de 2005 e, mais expressivamente, da segunda legislatura do partido, as relações turco-europeias arrefeceram, assim como o próprio processo de europeização turco, sendo o próprio Primeiro-Ministro um defensor do retorno da pena de morte (ROBINS, 2013). Este segundo período, contrastante com os avanços no início da década, se mostrou dificultoso em termos da qualidade das reformas democráticas e do apoio popular turco à UE, colocando em questionamento o próprio projeto de adesão. Desta forma, concomitantemente ao impasse das negociações de adesão, o próprio processo de adequação turco aos Critérios de Copenhague se desarmonizou, levando muitos a questionar o comprometimento do AKP com o processo de europeização (KAYGUSUZ, 2012).

Segundo relatório da Comissão Independente da Turquia (2014), aquilo que deveria ter sido o grande momento de aproximação entre Turquia e UE, com reformas que garantissem uma democracia madura e uma economia próspera, se tornou um ciclo vicioso, onde o ceticismo europeu afastou o país, alimentando o discurso de atores nacionais críticos à integração e inflamados pela bem-sucedida política externa turca para o Oriente Médio no período. Como resultado, a partir de junho de 2010, nenhum novo capítulo foi aberto nas negociações de adesão e grande parte dos demais pontos permaneceu bloqueada pelos vetos de Chipre, da França ou do próprio Conselho Europeu.

Assim, segundo Kaygusuz (2012), dentre as razões que explicam a paralisação do processo de europeização turco, o declínio do comprometimento europeu com as negociações de adesão seria a causa primária. Segundo o autor, com o enfraquecimento do apoio europeu, o governo AKP passou a recalcular os custos e benefícios de se levar adiante tal processo em um momento em que a política doméstica turca se mostrava polarizada, particularmente por conta dos ataques promovidos pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Além disso, a visão de muitos turcos de que a UE adota uma conduta discriminatória em relação ao processo de adesão também passou a influenciar as decisões do partido, especialmente quando líderes europeus, como Angela Merkel, passaram a defender uma parceria privilegiada, ao invés da integração turca à União (BARDAKÇI, 2007; TOCCI, 2014).

Por outro lado, para a Turquia, a crise da zona do euro, durante um momento em que a economia turca apresentava altas taxas de crescimento, levou ao aumento

do ceticismo em relação à candidatura de adesão. Notavelmente, em seu discurso para o Congresso do AKP em 2012, o então Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan não mencionou a candidatura à UE na sua fala sobre a Visão 2023, uma lista de objetivos publicada pelo seu governo para a comemoração do centenário da República da Turquia (TOCCI, 2014). Além disso, a disputa entre o governo e a elite burocrática kemalista mostrou-se como outro fator que distanciou a Turquia da UE. Dentre as razões para o acirramento desta disputa, estão as eleições legislativas de 2007, que demonstraram a polarização política da sociedade turca, quando protestos civis contra o governo irromperam no país, e as acusações e investigações sobre o grupo Ergenekon, dito conspirar sobre o governo e formado por membros das forças armadas, da burocracia estatal, universitários e partes da mídia. Como resultado, em seu Relatório de Progresso 2008, a Comissão Europeia criticou o progresso limitado da Turquia na área de direitos e liberdades fundamentais (KAYGUSUZ, 2012; COMISSÃO EUROPEIA, 2008).

Neste sentido, os relatórios de progresso elaborados pela Comissão Europeia servem como indicadores do declínio do comprometimento do governo AKP para com o processo de europeização. Em seu Relatório de Progresso 2009, a Comissão indicou os pontos onde o ordenamento jurídico turco não se mostrava compatível com os padrões europeus, criticando discriminação de orientação sexual, regras para partidos políticos, falta de promoção de minorias, alegações de tortura e o uso da legislação antiterrorista contra ativistas curdos. Líderes europeus céticos em relação à adesão turca usaram, então, a falta de progresso turco na adequação aos Critérios de Copenhague como base para solicitar a substituição da adesão por uma “relação especial” ou “parceria privilegiada” entre a UE e a Turquia, em vista de que o ano de 2009 era citado como limite para certos alinhamentos (KAYGUSUZ, 2012; COMISSÃO EUROPEIA, 2009).

Segundo Duran (2013), Kaygusuz (2012) e Robins (2013), apesar dos avanços empregados na primeira legislatura do AKP, a sucessão de eventos ocorrida no seu segundo mandato demonstra que as reformas políticas e judiciais levadas a cabo não se deram de forma a atender às demandas de harmonização à UE, mas sim a consolidar o poder do partido no ambiente doméstico, frente à estrutura militar e civil kemalista, utilizando o processo de europeização como âncora. Desta forma, Duran (2013) chama este período da política turca de “política

da paciência”, uma vez que o governo AKP utilizou as negociações de adesão para obter o apoio das parcelas liberais da sociedade e submeter os militares ao controle civil, sem, no entanto, antagonizá-los. Desde 2008, as críticas dos relatórios da Comissão Europeia às violações de direitos em território turco se tornaram recorrentes, especialmente no que diz respeito ao movimento curdo. No entanto, a busca pela adoção de um sistema presidencialista no país se demonstrou como o objetivo do partido, isolando o processo de europeização das suas prioridades e, assim, comprometendo os avanços das negociações (KAYGUSUZ, 2012).

4 A POLÍTICA EXTERNA DA TURQUIA NO PÓS PRIMAVERA ÁRABE

O desencadeamento das Revoltas Árabes em 2011 produziu, na política externa turca, uma necessidade de reorientação, tornando-se mais assertiva e dando início a um período de barganha turca frente às grandes potências, principalmente Rússia e UE (NASSER; ROBERTO, 2016). Além disso, como efeito do transbordamento das revoltas sociais na região, passamos a identificar uma nova instabilidade na política doméstica turca, culminando na tentativa de golpe de 2016, a qual pôs em xeque o processo de europeização turco (MARCOU, 2018).

Nesta configuração, as problemáticas regionais oriundas da Primavera Árabe geraram, para as relações Turquia-UE, oportunidades de cooperação e aproximação, como a crise migratória, mas também impuseram limitações a projetos comuns, como o avanço da cooperação em segurança energética. No que tange a crise migratória, a instabilidade gerada pela Guerra Civil Síria transformou a Turquia de um local de emigração para um país de imigração e trânsito de refugiados a caminho do Espaço Schengen, tornando a gestão de migrantes um ponto de aproximação entre a Turquia e a UE. Neste contexto, após anos de estagnação das negociações de adesão, Ancara passou a fazer uso de sua posição estratégica para auferir ganhos frente à UE, condicionando a assinatura de acordos ao atendimento de seus interesses, como o fim da necessidade de visto para turcos viajantes à Europa por até três meses. No entanto, como demonstra Benvenuti (2017), a estratégia europeia de contenção de migrantes pode mostrar-se tortuosa para o projeto de adesão turco. Já na área de cooperação em segurança energética, o desencadeamento das Revoltas Árabes debilitou a infraestrutura e a estabilidade dos países árabes, tornando o projeto turco-europeu de um gasoduto com múltiplos fornecedores de gás impossível no curto e médio prazo e pondo fim à possibilidade de aproximação entre Turquia e UE na área energética (MIKHELIDZE *et al*, 2017).

Apesar da cooperação em áreas específicas entre os dois atores no período subsequente às Revoltas Árabes, as relações entre UE e Turquia atingiram um novo ponto baixo após a tentativa de golpe de Estado por parte das forças armadas turcas, em julho de 2016. Embora sempre tenham se mostrado voláteis, as relações entre Ancara e Bruxelas foram abaladas pelas respostas do governo turco aos insurgentes e pelas conseqüentes denúncias de violação de direitos humanos pela

diplomacia europeia. Assim, o período foi marcado por uma retórica provocativa por parte da diplomacia turca e pelo distanciamento da Turquia em relação à UE, frisado pelo referendo constitucional de 2017 que pôs fim ao processo de europeização turco (ERALP, 2017; MARCOU, 2018)

4.1 As Respostas Turco-Europeias à Crise Migratória

Desde o início das Revoltas Árabes em 2011 e a escalada da instabilidade na região, fluxos migratórios intensos através da Turquia se mostraram problemáticos para a UE. A posição estratégica do país como uma área de trânsito entre a Europa e o Oriente Médio e o conseqüente aumento do fluxo de migrantes irregulares configuraram um ponto de reaproximação nas relações turco-europeias após anos de estagnação. No entanto, e de forma paradoxal, esta problemática comum pode se mostrar tortuosa para o projeto de adesão à UE (BENVENUTI, 2017).

A transformação da Turquia de um local de emigração para um país de imigração e trânsito fez da gestão de migrantes um ponto crucial nas suas relações com o bloco europeu. Ainda nos anos 2000, como pré-requisito à abertura das negociações de adesão e como parte do seu processo de europeização, a Turquia realizou importantes reformas na área migração e na lei de asilo, reforçando a ideia de que o país seria um guardião da zona Schengen. No entanto, a incerteza da adesão à UE vista pelos dirigentes turcos impôs limites à aplicação destas reformas, sendo ponderado o custo-benefício de tais mudanças, a exemplo da relutância turca de remover a limitação geográfica e assegurar a implementação da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (BENVENUTI, 2017).

Contudo, e apesar do ceticismo turco, avanços foram realizados e, em dezembro de 2013, Ancara assinou o Acordo de Readmissão com a UE. Este acordo, uma das bases da política migratória da União, prevê o retorno de nacionais não europeus ao seu país de origem e aos países pelos quais eles transitaram antes de chegar à zona Schengen em troca de incentivos financeiros e acordos de migração, como o reconhecimento de diplomas acadêmicos e a facilitação ou, por vezes, liberação da necessidade de vistos. Visto pelo público como uma das áreas mais importantes, a Turquia permanece como o único país candidato cujos cidadãos

não possuem dispensa de visto para entrar na zona de livre circulação europeia (BENVENUTI, 2017; LAGENDIJK, 2013).

As bases para este Acordo de Readmissão começaram a ser desenhadas ainda em 2005, como parte do processo de negociação de adesão, sendo, no entanto, abandonadas em 2006 com o bloqueio de capítulos frente ao impasse cipriota e à deterioração das relações turco-europeias. Em 2011, por outro lado, o Conselho de Justiça e Assuntos Internos da UE acordou em iniciar as discussões para um novo acordo. Como esperado, a não-inclusão da perspectiva da dispensa de visto para cidadãos turcos no esboço do acordo, por parte da equipe europeia, intensificou o ceticismo de Ancara, tornando mais evidente o duplo padrão da União frente às negociações com a Turquia. Apesar disso, os dirigentes turcos concordaram em seguir as negociações como forma de beneficiar sua posição de barganha frente a esta demanda (BENVENUTI, 2017).

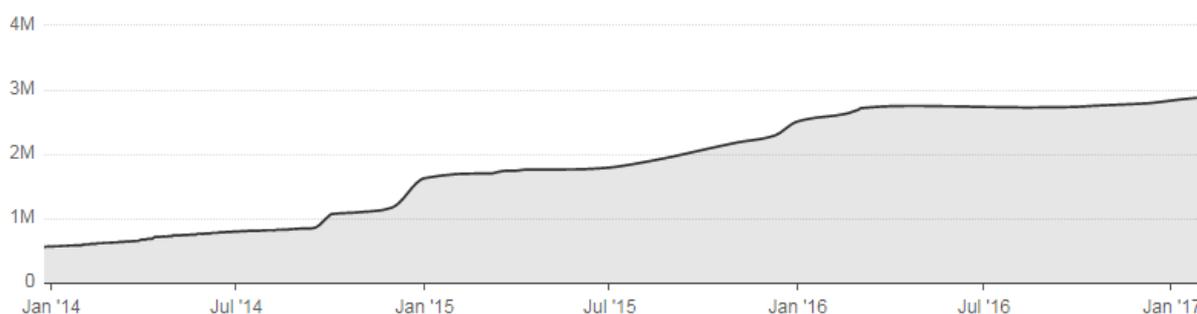
De forma bem-sucedida, em dezembro de 2013, o Acordo de Readmissão Turco-Europeu foi assinado, juntamente com o Diálogo para Liberalização de Visto, estabelecendo 72 critérios a serem cumpridos pela Turquia para que o Conselho e o Parlamento Europeu modificassem a regulação europeia, sendo estes divididos em cinco matérias: segurança de documentos, controle migratório, ordem pública e segurança, direitos fundamentais e, como fruto das negociações, a readmissão de migrantes irregulares. A celebração destes acordos conquistou, após anos de estagnação, reanimar as relações turco-europeias. Assim, em março de 2016, a Cúpula de chefes de Estado ou de Governo da UE contou com a presença turca, após anos de ausência. Desta forma, a perspectiva da dispensa de visto logrou restabelecer parte da influência europeia perdida com o impasse das negociações de adesão (COMISSÃO EUROPEIA, 2016; KUNERALP, 2017).

Neste arranjo, a crise migratória e seu agravamento em 2015, conforme demonstra o Gráfico 1, inauguraram um novo período para as relações turco-europeias, relembrando as lideranças da União da importância estratégica turca. Em outubro de 2015, a Comissão Europeia apresentou seu Plano de Ação Conjunta UE-Turquia, a fim de intensificar a cooperação entre os dois atores em deter o fluxo de migrantes irregulares cruzando o Mar Egeu. Como contrapartida, dias antes, os líderes europeus acordaram em iniciar as negociações do Capítulo 17 sobre economia e política monetária do processo de adesão, além de assegurar a

implementação do plano de dispensa de visto. Ademais, como parte do Plano de Ação Conjunta, a UE proveria ajuda humanitária à Turquia e três bilhões de euros para financiar os custos dos nacionais sírios no país (BENVENUTI, 2017).

Gráfico 1 - Refugiados Sírios registrados na Turquia por data

Registered Syrian Refugees by Date



Fonte: UNHCR (2018).

Em março de 2016, o Plano de Ação Conjunta foi reiterado por ambas as partes na assinatura do acordo UE-Turquia sobre refugiados, no qual Ancara comprometeu-se a receber de volta todos os refugiados que chegarem às praias gregas, em troca do comprometimento europeu de atualizar o acordo de união aduaneira de 1995 e de acelerar o processo de adesão com a abertura do capítulo 33, além de adicionais 3 bilhões de euros. Ainda, o acordo previa o aceleração do processo de liberalização de visto, desde que os 72 critérios fossem cumpridos, até outubro de 2016, o que não ocorreu (CONSELHO EUROPEU, 2016). Tendo como uma de suas preocupações primárias o avanço curdo na Síria e intensificando sua atuação no país para combatê-la, podemos entender, dentro deste arranjo, a assinatura do próprio acordo sobre refugiados entre a UE e a Turquia em 2016 como uma barganha de Ancara para conter as críticas europeias às violações de direitos humanos cometidas em território sírio e doméstico, aliviando, assim, a pressão internacional (NASSER; ROBERTO, 2016).

Segundo Benvenuti (2017), haveria dois paradoxos da migração nas relações turco-europeias, sendo o primeiro a própria incompatibilidade da política migratória europeia com o processo de adesão turca à União. Segundo a autora, a fim de garantir a cooperação de Ancara, a UE usa a perspectiva da adesão e da

liberalização do visto para cidadãos turcos. No entanto, a própria estratégia de contenção migratória de Bruxelas é caracterizada pela expansão da fronteira para além da fronteira Schengen, *i.e.* a fronteira turca impediria o trânsito de migrantes irregulares ao invés da fronteira grega, gerando o paradoxo. Assim, enquanto a UE usa o projeto de adesão para garantir que Ancara barre a entrada de refugiados no espaço europeu, o próprio sucesso da adesão tornaria o território turco parte deste mesmo espaço, inviabilizando a estratégia inicial.

O segundo paradoxo consiste na incongruência de interesses dos atores na própria gestão migratória, visto que o auxílio buscado pela UE no controle de migrantes não é ambicionado por Ancara, pois esta última seria obrigada a receber e acomodar refugiados em seu próprio território, muitas vezes sem a perspectiva de poder enviá-los ao seu país de origem. No entanto, e uma vez mais, o governo turco utiliza-se desta posição de relevância para auferir ganhos em áreas específicas, notadamente na liberalização de visto. Contudo, esta cooperação pode mostrar-se frustrada, quando um dos atores identifica que seus termos são desfavoravelmente assimétricos, recaindo grande parte dos custos sobre ele. De forma ilustrativa, o Presidente Recep Tayyip Erdogan ameaçou diversas vezes reenviar refugiados ao espaço schengen, caso a UE falhe em cumprir seus compromissos com a dispensa de visto para cidadãos turcos (*ibidem*, 2017).

Entretanto, a estratégia de Ancara frustrou-se quando, na noite de 15 de julho de 2016, uma parcela das forças armadas turcas buscou derrubar o governo AKP, numa tentativa fracassada de golpe de Estado. Como resultado, as respostas do governo de Erdogan em perseguir seus opositores e em reformar o sistema político turco geraram reações críticas na diplomacia europeia, mais uma vez deteriorando as relações entre Ancara e Bruxelas e colocando a perspectiva de liberalização de visto ainda mais distante (ERALP, 2017; WERZ, 2017).

4.2 A Tentativa de Golpe de 2016 e seus Impactos nas Relações Turco-Europeias

As relações entre a UE e a Turquia, embora sempre tenham se demonstrado voláteis, atingiram um novo ponto baixo após a tentativa de golpe militar de julho de

2016 e as respostas tomadas pelo governo nos meses subsequentes. As reações europeias diante dos acontecimentos, tidas como tardias e prolixas, foram recebidas por Ancara como uma demonstração de falta de empatia e solidariedade. Por outro lado, a UE criticou a reação do governo AKP de não ter feito uso da situação para consolidar suas instituições democráticas e garantir o Estado de direito (ERALP, 2017). Este tipo de retórica entre os dois atores acentuou-se nos meses seguintes e, juntamente com as reformas políticas e sociais adotadas pelo governo AKP, marcaram o distanciamento entre a Turquia e a UE (MARCOU, 2018).

Na noite do dia 15 de julho de 2016, o cotidiano das cidades de Istambul e Ancara foi perturbado quando aviões militares voando em baixa altitude foram identificados pela população. Rapidamente, forças de manutenção da ordem ocuparam a ponte sobre o Estreito de Bósforo e outros pontos estratégicos, e aviões F-16 abateram um helicóptero do grupo insurgente. Entretanto, as tropas governistas não puderam evitar que o chefe do Estado-Maior do Exército turco fosse tomado como refém pelos golpistas, que declararam “restaurar a ordem constitucional, a democracia, os direitos e liberdades humanas e assegurar que a lei reine novamente no país”². A caminho de Istambul, o Presidente Recep Tayyip Erdogan anunciou que a situação já se encontrava sob controle e, em 20 de julho de 2016, declarou estado de emergência com duração de três meses (RECEP..., 2016).

Segundo o governo turco, os responsáveis pela insurgência seriam apoiadores do movimento do clérigo islâmico Fethullah Gülen, exilado nos Estados Unidos e antigo apoiador de Erdogan, que negou as acusações, as quais já haviam sido vistas com ceticismo pelo Ocidente (*ibidem*, 2016). Imediatamente após o restabelecimento da ordem e da declaração do estado de emergência, a reação governamental foi de perseguição a estes supostos membros do movimento de Gülen, restringindo liberdades fundamentais e suspendendo o estado democrático de direito (ERALP, 2017). Segundo o Relatório da Comissão Europeia sobre a Turquia (2018), desde a introdução do estado de emergência, mais de 150.000 pessoas foram detidas, cerca de 78.000 foram presas e mais de 110.000 servidores públicos foram exonerados. Além disso, 15 das 191 universidades turcas foram interditadas, 178 meios de comunicação foram fechados ou colocados sob controle governamental e, como números já contemplados pelo relatório da Comissão

² Tradução nossa.

Europeia, mais de 130 jornalistas foram presos e mais de 5.000 professores de 112 universidades foram demitidos (WERZ, 2017).

Em vista desta reação excessiva por parte do governo turco, a UE imediatamente chamou pela

necessidade de se respeitar a democracia, direitos humanos e liberdades fundamentais e o direitos de todos a um julgamento justo, em concordância com a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, incluindo o Protocolo 13 sobre a abolição da pena de morte (CONSELHO EUROPEU, 2016)³.

Além disso, em novembro de 2016, apesar de condenar a tentativa de golpe e reconhecer o direito do governo turco de investigar e processar os envolvidos, o Parlamento Europeu propôs suspender as negociações de adesão com a Turquia, acusando Ancara de suspender, durante o estado de emergência, o estado de direito. Apesar do Parlamento Europeu não possuir autoridade para suspender as negociações, a sua proposição e aceitação pelos eurodeputados deteriorou ainda mais as relações entre o país euro-asiático e o bloco (ERALP, 2017). De sua parte, o governo turco reagiu afirmando que a votação não possui nenhum valor e reiterou que, caso a União falhe em honrar o acordo sobre liberalização de visto, Ancara denunciaria o acordo migratório entre ambos (TURKEY...a, 2016).

Um ano após a tentativa de golpe, em uma cerimônia de homenagem às vítimas da noite de 15 de julho, o Presidente Recep Tayyip Erdogan adotou uma retórica crítica à UE e representativa do distanciamento entre os dois atores, afirmando que “a posição da UE é clara... 54 anos se passaram e eles ainda estão brincando conosco⁴”, fazendo referência ao Acordo de Associação à CEE e à frustração do acordo de dispensa de visto, declarando que “nós resolveremos as coisas nós mesmos. Não há outra opção⁵”. Na mesma ocasião, o presidente turco ainda afirmou que aprovaria, sem hesitação, caso o parlamento concordasse, o retorno da pena de morte no ordenamento jurídico turco, o que lesaria gravemente o alinhamento turco aos Critérios de Copenhague e demonstraria que o avanço das negociações de adesão não configura uma prioridade a Ancara (DEFIANT..., 2017).

³ Tradução nossa.

⁴ Tradução nossa.

⁵ Tradução nossa.

Não sendo a primeira vez que o presidente endossa o retorno da pena de morte, em 2016, a União já havia reafirmado que a “a inequívoca rejeição à pena de morte é um elemento essencial do acervo comunitário⁶” (CONSELHO EUROPEU, 2016), e o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, declarou que as negociações seriam paralisadas, caso este tipo de condenação fosse readmitido (TURKEY...b, 2016).

Frente à retórica crítica da União, o embaixador turco na União Europeia, Selim Yenel, reiterou o desejo do governo turco de integrar o bloco até 2023, ano de comemoração do centenário da República da Turquia, e afirmou que o país está cumprindo suas obrigações do acordo sobre migração (TURKEY... c, 2016). No entanto, e apesar das declarações de engajamento com a União, as perspectivas de adesão se distanciaram ainda mais quando Ancara realizou o referendo constitucional de abril de 2017 que, por uma margem estreita, substituiu o sistema parlamentarista por um sistema presidencialista com amplos poderes concentrados no executivo, colocando em xeque o já muito fragilizado processo de europeização, base das negociações de adesão (ERALP, 2017).

Antes mesmo da realização do referendo, a Comissão Europeia para a Democracia através do Direito, também chamada de Comissão de Veneza, se manifestou, afirmando que as emendas propostas configuram uma ruptura na história constitucional da Turquia e que elas não são baseadas na separação dos poderes, característica essencial da manutenção da democracia num sistema presidencialista. Declarando receio de que o poder do parlamento se torne marginal, a Comissão clamou por cautela, tendo em vista que o sistema presidencialista possui um risco intrínseco de se degenerar em um regime autoritário (COMISSÃO DE VENEZA, 2017).

Além disto, a Comissão criticou a introdução de emendas que instituem o controle executivo sobre o judiciário e os procuradores de justiça, o que torna ainda mais problemática a situação do estado democrático de direito no país, enfraquecendo o já debilitado controle judiciário sobre o governo. Como se não bastasse, todo o processo de adoção e submissão à aprovação do referendo constitucional se deu durante o estado de emergência que severamente limitou as liberdades de expressão e de associação e enquanto diversos deputados do

⁶ Tradução nossa.

segundo maior partido de oposição estavam detidos (*ibidem*, 2017). Estas razões levam Eralp (2017) a afirmar que o principal objetivo das mudanças contidas no referendo constitucional era de transformar em *de jure* a situação *de facto* imposta pela tentativa de golpe e pelo estado de emergência. A partir disso, a Turquia se tornou o primeiro país a ser recolocado sob processo de monitoramento pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, órgão responsável por fiscalizar o cumprimento dos procedimentos democráticos e o respeito aos direitos humanos.

Assim, após a tentativa de golpe militar em 2016 e o consequente referendo constitucional de 2017, a polarização política interna turca transbordou suas fronteiras domésticas e tornou-se um motivo de preocupação em matéria de política externa. As crescentes confrontações da Turquia com os Estados Unidos, por não haverem extraditado Fethullah Güllen e terem concedido asilo político a opositores turcos e curdos, e com a União Europeia, por conta da frustração do acordo de liberalização de vistos, da paralisação das negociações de adesão e das duras críticas à reação turca à tentativa de golpe, marcam seu distanciamento destes parceiros históricos, enquanto o país vira as costas ao modelo social e político ocidental (MARCOU, 2018).

4.3 O Triângulo UE-Turquia-Rússia

A política externa turca durante o século XX pode ser caracterizada pela permanência das suas escolhas diplomáticas, cuja principal característica reside na relação quase exclusiva com o Ocidente (MARCOU, 2013). No entanto, a queda da União Soviética e a independência dos seus antigos Estados, o avanço do multilateralismo dos anos 2000 e a chegada do AKP no poder causaram uma mudança na política externa turca para a Rússia e a Ásia Central, onde a abertura comercial e econômica apresentaram oportunidades de cooperação em projetos de segurança energética, especialmente no Mar Negro e no Mar Cáspio. Além disso, a nova política externa turca para o Oriente Médio também apresentava, potencialmente, a construção de uma rota energética alternativa aos gasodutos russos, dos quais o país é dependente. No entanto, as Revoltas Árabes causaram instabilidade na região e seus conflitos debilitaram a infraestrutura, levando países,

como o Egito, a se tornarem importadores de gás natural. Apesar disso, a Turquia possui uma posição estratégica privilegiada e seus objetivos de diversificação energética vão de encontro àqueles da UE, cujos projetos energéticos veem o território turco como essencial. Desta forma, a cooperação Rússia-Turquia, as negociações entre Ancara e Bruxelas e a interdependência russo-europeia configuraram o chamado triângulo UE-Turquia-Rússia (MIKHELIDZE *et al*, 2017).

A partir das Revoltas Árabes e da escalada do conflito sírio, a Rússia passou a desempenhar um papel mais assertivo no Oriente Médio ao lado de seus aliados, Irã e o regime de Bashar Al-Assad. Ao mesmo tempo, estas mesmas problemáticas impuseram limites à política turca de ‘zero problemas com os vizinhos’ e à sua imagem de modelo político e econômico a ser seguido pela região, levando Ancara a adotar uma política externa regional mais reativa, especialmente frente à questão curda (NASSER; ROBERTO, 2016). Do lado europeu, estes mesmo fatores causaram uma crise migratória que abalou a coesão do bloco, diminuíram sua influência sobre a região e criaram o ambiente para que grupos terroristas expandissem sua área de atuação, efetuando ataques em solo europeu (BEHR, 2013).

Tendo em vista esta configuração, podemos afirmar que a Turquia se localiza na zona onde as áreas de influência russa e europeia se encontram. No que tange a questão energética, a UE depende altamente da importação de gás natural russo, enquanto a Rússia necessita dos recursos provenientes desta venda. Neste sentido, para a UE, a Turquia pode contribuir com a diversificação da oferta de gás, a partir dos gasodutos vindos do Cáucaso e do Oriente Médio. Para a Rússia, por outro lado, a Turquia pode garantir o transporte do gás para o Mediterrâneo e, também, uma rota alternativa aos gasodutos ucranianos. Nesta relação de interdependência euro-russa, a Turquia entra como um ator que pode beneficiar ambos os lados (ARINÇ, 2007), mas também lhe possibilita fazer uso da diplomacia triangular.

Frente à instabilidade regional gerada pelas Revoltas Árabes, a posição estratégica da Turquia não apenas foi mantida como intensificou-se, possibilitando ao país se consolidar como um ator central na região e barganhar frente às grandes potências, *i.e.* Estados Unidos, Rússia e UE (NASSER; ROBERTO, 2016). Desta forma, a Turquia utilizou-se de sua posição no conflito sírio e das tensões geradas pela anexação da Criméia para alavancar sua influência nas mesas de negociações

em matéria de segurança e de segurança energética, fazendo uso da sua posição e da sua relação com produtores regionais para se consolidar como o principal país de trânsito da Rússia, Oriente Médio e do Mar Cáspio à Europa, além de diversificar seu próprio suprimento de gás e, assim, diminuir sua dependência do gás russo (MIKHELIDZE *et al*, 2017).

Apesar do acontecimento de certas confrontações nos últimos anos, a relação entre a República da Turquia e a Federação Russa possui uma sólida base econômica e pode ser descrita uma relação de cooperação. Mesmo durante as recentes crises, o gás russo permaneceu fluindo ininterruptamente à Turquia, que compra 55% do seu suprimento de gás de Moscou (BAEV; KIRISCI, 2017; MIKHELIDZE *et al*, 2017). Além disso, é possível identificar uma certa similaridade na conduta dos Presidentes Recep Tayyip Erdogan e Vladimir Putin, especialmente no que diz respeito à desconfiança mútua dos líderes em relação ao Ocidente e ao sentimento de seus países estarem isolados do projeto de integração europeu (BAEV; KIRISCI, 2017).

De maneira pragmática, Ancara, tendo em vista a anexação russa da Crimeia em 2011, optou por não integrar o bloco formado pelos Estados Unidos e pela UE na aplicação de sanções contra Moscou e, assim, dar continuidade à cooperação econômica entre os dois países, apesar de haver condenado a anexação. Além disso, a Turquia, considerando a forma como as negociações de adesão à UE foram levadas a cabo nos últimos anos, aproxima-se progressivamente da Organização para Cooperação de Xangai, aliança econômica e política liderada por Rússia e China, da qual já participa como parceira de diálogo. Após a assinatura do acordo de liberalização de visto entre Ancara e Moscou em 2011, a Turquia se tornou um dos primeiros destinos dos viajantes russos, atingindo o número de 4 milhões de turistas em 2014 e injetando 3,5 bilhões de dólares estadunidenses na economia turca. Além de tudo, o comércio entre os dois países cresceu de maneira significativa nos últimos anos e é esperado atingir a cifra simbólica de 100 bilhões de dólares estadunidenses em 2020 (*ibidem*, 2017).

Contudo, estas positivas relações turco-russas foram abaladas pelo choque entre seus objetivos estratégicos no Oriente Médio, especialmente na Síria. A estratégia russa de manutenção do regime de Bashar Al-Assad e sua intervenção no território foram antagônicas à política turca de deposição do presidente sírio, e esta

situação atingiu seu ápice quando, em 24 de novembro de 2015, a aeronáutica turca abateu o avião de ataque russo Su-24M próximo à fronteira turco-síria, utilizando um avião F-16. Em represália ao ataque, Moscou impôs sanções econômicas à Turquia e iniciou uma campanha de propaganda contra o Presidente Erdogan. A situação começou a normalizar-se após encontro entre os dois presidentes, quando Erdogan ofereceu suas desculpas, aceitas por Moscou, e o processo de reconciliação se iniciou. As sanções, então, foram progressivamente removidas e, emblematicamente em contraste às respostas tardias da UE, a Federação Russa foi um dos primeiros países a condenar veementemente a tentativa de golpe contra Erdogan em julho de 2016 (*ibidem*, 2017).

Apesar de muitos analistas afirmarem que a Turquia, frente às frustrações das negociações de adesão à UE, está passando por uma debandada ao Oriente, o peso do bloco europeu na economia turca dificilmente será superado. Ainda que a Turquia tenha diversificado suas relações comerciais nos últimos anos, o volume de trocas com os países árabes e com o Irã apresenta-se altamente volátil, e a EU permanece como o maior parceiro comercial turco, cujo volume de trocas vem crescendo de forma estável pelos últimos 15 anos. Além disso, a participação europeia nos investimentos diretos externos no país foi de 73% para o período de 2007 a 2015, enquanto o percentual russo para o mesmo período foi de apenas 3%. Desta forma, dificilmente a posição de principal parceiro econômico da Turquia será ocupada por outro país, especialmente quando o objetivo de atingir 100 bilhões de dólares estadunidenses por ano em trocas entre a Turquia e a Rússia não parece ser realista (*ibidem*, 2017). Tendo em vista o insubstituível peso econômico da Europa na economia turca, a falta de sucesso das negociações de adesão aparenta ser, essencialmente, por conta de fatores políticos. No triângulo UE-Turquia-Rússia, a área de segurança energética apresenta-se como uma possibilidade de reaproximação entre os dois atores (MIKHELIDZE *et al*, 2017).

Como parte da estratégia em matéria de redes transeuropeias de energia (TEN-E), a Comissão Europeia lançou, ainda nos anos 2000, o projeto do Corredor de Gás Austral (SGC - Southern Gas Corridor), com o objetivo de maximizar as importações de gás natural não-proveniente da Rússia, por meio de gasodutos não controlados pela mesma. O intuito do projeto é diversificar o suprimento de gás, estabelecendo uma quarta rota de transporte além da Rússia, da Noruega e do

Norte da África. Naquele momento, a Comissão identificou a possibilidade de se importar gás não apenas do Mar Cáspio e da Ásia Central, mas também do Oriente Médio, *i.e.* Egito e Iraque, através da rede de gasodutos turcos. No entanto, esta última fonte de gás tornou-se inviável com o início das Revoltas Árabes, cujos conflitos e instabilidade debilitaram a infraestrutura e a organização destes Estados (*ibidem*, 2017).

Formado pelo Gasoduto Natural Trans-Anatólio (TANAP), pelo Gasoduto Natural Trans-Adriático (TAP) e pelo Gasoduto do Cáucaso do Sul (SCP), conforme demonstra a Figura 1, o projeto do SGC confere à Turquia um papel essencial, não apenas pela sua posição estratégica, mas também pelo capital diplomático que Ancara possui frente ao Azerbaijão. Para a Turquia, a construção do projeto europeu, primeiramente, garantiria a diversificação de seu suprimento energético com a importação do gás azerbaijano, diminuindo sua dependência russa. Por outro lado, o maior envolvimento turco no projeto lhe garantiria um papel mais assertivo no contexto regional e um maior poder de barganha nas mesas de negociação de adesão, especialmente frente à estagnação dos últimos anos (*ibidem*, 2017).

Figura 1 - O Corredor de Gás Austral



Fonte: BP..., 2018.

Desta forma, o SGC e o Gasoduto Nabucco (Figura 2), projeto de transporte de gás natural entre a Turquia e a Áustria, possuem uma importância central nas

relações estratégicas entre Ancara e Bruxelas. A Turquia, logo, se encontra em um arranjo quase único para a estratégia energética europeia, o que fortalece sua posição enquanto candidata à adesão, visto que os corredores energéticos se encontram nos interesses vitais europeus. Seria, então, de encontro a esses interesses europeus que as negociações fossem levadas de forma mais suave e contínua, garantindo a execução das obras (YAZAR; ERKAYA, 2007). Notavelmente, em 2009, o então Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan ameaçou reconsiderar o apoio turco à construção do Gasoduto Nabucco, caso a UE não abrisse o capítulo de energia para negociações de adesão. Da mesma forma, o então Ministro de Energia da Turquia, Taner Yildiz, afirmou que o Gasoduto Nabucco garantiria, de forma merecida, a adesão turca à UE (KORANYI; SARTORI, 2013 *apud* MIKHELIDZE *et al*, 2017).

Figura 2 - O Gasoduto Nabucco



Fonte: NABUCCO..., 2012.

Apesar dos esforços da diplomacia turca em utilizar a política do gasoduto para auferir ganhos nas negociações de adesão não terem sido frutíferos, a Turquia obteve sucesso na diversificação de seu suprimento energético, diminuindo sua dependência da Rússia, o que configura um avanço considerável. Mantida a demanda atual, em 2020, o Azerbaijão suprirá até 28% da demanda do gás

necessário à Turquia, que, apesar da diversificação, continuará importando outros 55% da Rússia. A continuação da dependência europeia e turca do gás russo pelos próximos dez anos, no entanto, demonstra as limitações que as Revoltas Árabes impuseram à estratégia do SGC de operar como um gasoduto com múltiplos fornecedores, impedindo o avanço numa área de convergência entre as políticas da UE e da Turquia (MIKHELIDZE *et al*, 2017).

5 CONCLUSÕES

Esta monografia teve como objetivo descrever como foi conduzida a política externa da República da Turquia para a União Europeia no período que compreende a segunda legislatura do AKP, iniciada em 2007, até o ano de 2017, quando o referendo constitucional que instaurou o regime presidencialista na Turquia foi aceito pelos cidadãos turcos. Além disso, pretendeu-se analisar as alterações na política externa turca que configuraram mudanças nas suas relações com o bloco europeu. Para tanto, utilizamos problemas de pesquisa secundários a fim de nos auxiliar, questionando como o processo de europeização turco se alterou, de que forma a Turquia lidou com os impasses regionais frente à União Europeia e, finalmente, se a adesão ao bloco europeu permanece um objetivo da diplomacia turca. No que tange as bilaterais Turquia-UE de forma mais ampla, identificamos dois momentos de mudança na condução da política externa turca, sendo estes os anos de 2007 e 2017. Neste sentido, enquanto o ano de 2007 marcou o início do processo de afastamento entre Ancara e Bruxelas, o ano de 2017, com a instituição das mudanças constitucionais, foi marcado pela dura ruptura no processo de europeização turco, base das negociações de adesão.

Em nossa primeira hipótese secundária, afirmamos que o processo de europeização turco desacelerou-se por conta da paralisação das negociações de adesão a partir de 2007, enquanto que o objetivo das reformas judiciais e constitucionais que ele compreende se deram a fim de consolidar o poder do partido, e não a efetiva adesão ao bloco europeu. Neste sentido, nossa hipótese foi confirmada no que foi descrito na subseção 3.2, onde identificamos que, frente ao declínio do comprometimento europeu com as negociações de adesão, o AKP recalculou os custos e benefícios de se levar adiante este processo, especialmente frente à polarização do contexto político doméstico da Turquia, optando não fazer dele uma prioridade de governo, em contraste com a postura do partido durante sua primeira legislatura. Além disso, identificamos que não apenas a falta de comprometimento europeu com o projeto de adesão teria levado os dirigentes turcos a assumir tal conduta, mas que a própria razão de ser de tais reformas políticas e judiciais era consolidar o poder do partido frente ao establishment kemalista da estrutura militar e burocrática, além de auferir ganhos eleitorais com o apoio de alas

mais liberais do país. Estes objetivos de tais reformas tornam-se ainda mais evidentes quando descrevemos, na subseção 4.2, as respostas adotadas pelo governo frente à tentativa de golpe de Estado de 2016, quais sejam perseguindo amplamente seus opositores políticos, suspendendo parcialmente as liberdades individuais e propondo um referendo constitucional que concentra grandes poderes no executivo. De maneira significativa, verificamos que a prioridade do processo de europeização turco não foi a de avançar as negociações de adesão à UE.

Quando, nas subseções 4.1 e 4.3, descreveu-se as respostas turco-europeias frente à crise migratória e a postura adotada por Ancara frente ao triângulo UE-Turquia-Rússia, confirmou-se a segunda hipótese auxiliar proposta, qual seja a de que, frente às problemáticas regionais originadas pelas Revoltas Árabes, a Turquia passou a fazer uso de uma atuação externa mais independente e pragmática, utilizando sua posição estratégica para auferir benefícios específicos. Como demonstrado, Ancara utilizou-se do contexto da crise migratória para avançar as negociações de liberalização de visto para com a UE, além de ter logrado abrir mais um capítulo das negociações de adesão. No entanto, como já descrito, a própria estratégia de contenção de migrantes se demonstra paradoxal ao impossibilitar a plena adesão turca ao bloco europeu. No que tange a segurança energética, foi demonstrado que a diplomacia turca se valeu da posição geográfica privilegiada de seu país para barganhar frente à Rússia e à UE, encontrando pontos de convergência com ambos atores. Embora os conflitos na região tenham impossibilitado a completa execução do Corredor de Gás Austral, em cujo projeto a Turquia ocupa papel central, o país logrou, com os investimentos europeus, diversificar seu suprimento de gás natural, diminuindo sua dependência em relação à Rússia.

Ao analisar, na subseção 3.1, o papel ocupado pela Europa no pragmatismo diplomático empregado pelos dirigentes turcos a partir de 2007, demonstrou-se que o bloco europeu foi relegado ao segundo plano em meio à diversificação dos parceiros comerciais e diplomáticos turcos, especialmente em meio à estagnação das negociações de adesão. Além disso, a permanência da escolha turca de não reconhecer a República do Chipre, frustrando a implementação do Protocolo Adicional, e a estagnação do processo de europeização turco são indicativos da falta de comprometimento do governo AKP, a partir de sua segunda legislatura, com o

projeto de adesão. Como se não bastasse, a adoção das reformas constitucionais propostas no referendo de 2017 marcaram uma dura ruptura na harmonização da sociedade e do Estado turco com os Critérios de Copenhague, base do processo de adesão à UE. Sendo ilusório crer que tais reformas constitucionais possam ser revertidas em um futuro próximo e que o processo de adequação aos valores europeus será retomado sob o novo regime presidencialista de Recep Tayyip Erdogan, confirma-se a terceira hipótese auxiliar, que afirma que o processo de adesão à UE não se constitui como prioridade da ação externa turca no curto e médio prazo.

Assim, demonstrou-se que a atuação externa da Turquia para a União Europeia no período abordado é altamente contrastante com aquela levada a cabo durante o resto do período republicano turco. Durante o século XX, a marca da atuação diplomática turca foi a aproximação ao projeto de integração europeu e ao bloco ocidental numa aliança quase exclusiva, sendo impensável, para os dirigentes turcos de formação kemalista, o país permanecer distante diplomaticamente da sua identidade europeia e de seu maior parceiro comercial. Com o despertar do multilateralismo dos anos 2000, ainda que sob um governo de orientação islâmica e enquanto empregava uma política de diversificação dos seus parceiros, a diplomacia turca logrou atingir o ponto mais alto nas suas relações com a UE, assegurando a abertura das negociações de adesão e promovendo avanços políticos, jurídicos e sociais sob a âncora europeia.

Na segunda legislatura do AKP, no entanto, tornou-se evidente que as razões por trás dos avanços nas relações turco-europeias residiam no objetivo do partido de diminuir a influência do establishment kemalista nas forças armadas e na burocracia estatal, que havia deposto, com aquilo que ficou conhecido como o primeiro golpe de Estado pós-moderno, o último partido de orientação islâmica a governar a Turquia. Utilizando-se desta posição revigorada, os dirigentes do AKP passaram a perseguir uma agenda diplomática de aproximação aos países islâmicos, identificando-se como o modelo político e econômico a ser seguido pelos seus vizinhos árabes e qualificando a importância europeia como complementar.

Quando a estratégia turca de ‘zero problemas com os vizinhos’ e a doutrina da Profundidade Estratégica de Davutoglu foram abruptamente limitadas pelas Revoltas Árabes, a Turquia adotou uma atuação externa mais reativa, barganhando

frente às grandes potências para auferir ganhos. Neste sentido, a conjuntura das Revoltas Árabes gerou oportunidades de se revigorar as negociações de adesão estagnadas por anos e de reaproximar Ancara e Bruxelas, principalmente nas áreas de defesa, de segurança energética e de controle migratório. Contudo, estas oportunidades se mostraram frustradas, e, de maneira geral, a Turquia auferiu poucos ganhos com a forma como as conduziu.

De maneira geral, o período abordado compreendeu o declínio e a deterioração das relações turco-europeias e do projeto de adesão, cujo golpe final foi marcado pela adoção das reformas constitucionais propostas após a tentativa de golpe de julho de 2016 que romperam com a adequação turca aos Critérios de Copenhague e puseram fim ao processo de europeização turca, condição *sine qua non* para a adesão ao bloco europeu. Nesta conjuntura, conclui-se que a revigoração das negociações de adesão e a integração plena da Turquia à UE encontram-se no seu ponto mais distante desde a abertura das conversas em 2005, fazendo do projeto de “relação especial” ou “parceria privilegiada” defendido por líderes europeus um horizonte muito mais realista. Desta maneira, verifica-se a hipótese central defendida nesta monografia de que, ao lidar com seus impasses internos e securitários, a Turquia teria percebido, em meio a sua bem-sucedida política de diversificação de parceiros e tendo em vista as respostas europeias adotadas em relação à conduta do governo AKP, que seu objetivo de aderir ao bloco está cada vez mais incerto e, portanto, teria adotado uma agenda de atuação externa para a Europa mais independente deste fim.

REFERÊNCIAS

- ARINÇ, Ibrahim S. **The EU-Russian Gas Interdependence and Turkey**. Ankara: Insight Turkey, vol. 9, n. 4, 2007, p. 23-36.
- AYBEY, Ali. **Turkey and the European Union Relations: A Historical Assessment**. Ankara: Ankara Avrupa Çalışmaları Dergisi, vol. 4, n.1, 2004, p. 19-38.
- BAEV, Pavel K.; KIRISCI, Kemal. **An ambiguous partnership: The serpentine trajectory of Turkish-Russian relations in the era of Erdogan and Putin**. Washington, DC: Brookings, n. 13, 2017, p. 1-22 (Turkey Project Policy Paper).
- BARDAKÇI, Mehmet. **Decoding the Rise of Euroskepticism in Turkey**. Ankara: Insight Turkey, vol. 9, n. 4, 2007, p. 116-123.
- BARKEY, Henry; TASPINAR, Omer. **Turkey: On Europe's verge?**. New York: The Foreign Policy Association, 2006, 112 p. (Great Decisions 2006).
- BATU, Hâmit. **La Politique Étrangère de la Turquie**. Ankara : The Turkish Yearbook of Int. Rel., vol. 5, 1964, p. 1-12.
- BEHR, Timo. **The Effect of the Arab Spring on Euro-Mediterranean Relations**. Barcelona: IEMed Mediterranean Yearbook, 2013, p. 78-82.
- BENVENUTI, Bianca. **The Migration Paradox and EU-Turkey Relations**. Rome: Istituto Affari Internazionali, January 2017, p. 2-23.
- BOZDAGLIOĞLU, Yücel. **Modernity, Identity and Turkey's Foreign Policy**. Ankara: Insight Turkey, vol. 10, n. 1, 2008, p. 55-76.
- BP launches \$28bn Azerbaijan gas pipeline. **France 24**, Paris, 2 July 2018. Disponível em: <<https://www.france24.com/en/20180702-bp-launches-28bn-azerbaijan-gas-pipeline>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- BROCK, A. **Turkey: An Emerging Power in a Changing Middle East**. Washington, DC: Council on Foreign Relations, summer 2014.
- CANAN, Fuat. **Main Costs and Benefits of Turkish Accession to the European Union**. Ankara: Insight Turkey, vol. 9, n. 2, 2007, p. 7-24.
- CEBECI, Erol; ÜSTÜN, Kadir. **The Syrian Quagmire: What's Holding Turkey Back?**. Ankara: Insight Turkey, vol. 14, n. 2, 2012, p. 13-21.
- ÇALIS, Saban H.. **Formative Years: A Key for Understanding Turkey's Membership Policy towards the EU**. Ankara: Perceptions, vol. 9, autumn 2004, 73-96.

COMISSÃO DE VENEZA. **Turkey: Opinion on the Amendments to the Constitution Adopted by the Grand National Assembly on 21 January 2017 and to be Submitted to a National Referendum on 16 April 2017**. Veneza, 2017.

Disponível em:

<[https://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=cdl-ad\(2017\)005-e](https://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=cdl-ad(2017)005-e)>. Acesso em: 28 out. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. **Commission Staff Working Document: Turkey 2018 Report**. Brussels, 2018. Disponível em <<https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/20180417-turkey-report.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.

_____. **Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council and the Council: Next Operational Steps in Eu-Turkey Cooperation in the Field of Migration**. Brussels, 2016. Disponível em:

<<https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2016/EN/1-2016-166-EN-F1-1.PDF>>. Acesso em: 23 out. 2018.

_____. **Turkey 2008 Progress Report**. Brussels, 2008. Disponível em :

<https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/press_corner/key-documents/reports_nov_2008/turkey_progress_report_en.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. **Turkey 2009 Progress Report**. Brussels, 2009. Disponível em :

<https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/key_documents/2009/tr_rapport_2009_en.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

COMISSÃO INDEPENDENTE SOBRE A TURQUIA. **Turkey in Europe: The Imperative for Change**. Brussels, 2014. Disponível em:

<https://www.independentcommissiononturkey.org/pdfs/2014_english.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

CONSELHO EUROPEU. **Council Conclusions on Turkey**. Brussels, 2016.

Disponível em: <<http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-11368-2016-INIT/en/pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.

_____. **EU-Turkey statement, 18 March 2016**. Brussels, 2016. Disponível em:

<<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/>>. Acesso em: 23 out. 2018.

_____. **Helsinki European Council 10 and 11 December 1999: Presidency Conclusions**. Helsinki, 1999. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/summits/hel1_en.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.

DEFIANT Erdogan attacks EU, backs restoring death penalty. **Reuters**, London, July 16, 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-turkey-security-anniversary/defiant-erdogan-attacks-eu-backs-restoring-death-penalty-idUSKBN1A10E7>>. Acesso em: 26 out. 2018.

DURAN, Burhanettin. **Understanding the AK Party's Identity Politics: A Civilizational Discourse and its Limitations.** Ankara: Insight Turkey, v. 15, n.1, 2013, p. 91-109.

ERALP, Nilgün Arisan. **Quo vadis Turkey-EU relations?**. Berlin: Orient, vol. 58, n. 3, 2017, p. 24-28.

GRIGORIADIS, Ioannis N.. **The Davotoglu Doctrine and Turkish Foreign Policy.** Athens: Hellenic Foundation for European & Foreign Policy, n. 8, 2010, p. 1-11.

JENSEN, Erica Dunham. **From the Young Turks to Kemalists: Links and Discontinuities.** Cairo: The American University in Cairo, may 2017, 72 p.

KANBUR, Mehmet; BERNAT, Tomasz. **Europeanization in Turkey and accession process to the European Union.** Szczecin: Journal of International Studies vol. 6, n. 2, 2013, p. 79-93

KAYGUSUZ, Özlem. **Democracy Anchored in the Presidential System: The "Solution Process", Constitution Making and the Future of Europeanization in Turkey.** Ankara: The Turkish Yearbook of Int. Rel., v. 43, 2012, p. 159-196.

KORANYI, David; SARTORI, Nicolò. **EU-Turkish Energy Relations in the Context of EU Accession Negotiations: focus on natural gas.** Rome: Istituto Affari Internazionali, vol 5, 2013 p. 1-8. Disponível em: <http://www.iai.it/sites/default/files/GTE_WP_05.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

KUNERALP, Selim. **Turkey-EU Relations: Past, Present – and Future?** Berlin: Heinrich Böll Stiftung, 2017, p. 1-7.

LAGENDIJK, Joost. **Turkey and the European Union: 2014 and Beyond.** Ankara: Insight Turkey, vol. 15, n. 2, 2013, p. 47-55.

MARCOU, Jean. **La Politique Étrangère de la Turquie: De la Dérive vers l'Est au Retour vers l'Ouest?**. Lisboa : Lusíada. Política Internacional e Segurança, n. 8, 2013, p. 15-30.

_____. **Les multiples visages de l'AKP au pouvoir.** Paris: Moyen-Orient, janvier-mars 2018, p. 18-23

MIKHELIDZE, Nona et al. **The Moscow-Anckara Energy Axis and the Future of EU-Turkey Relations.** Cologne: FEUTURE, n. 5, sep. 2017, p. 1-18.

NABUCCO pipeline future uncertain as Hungary backs Russian rival. **Deutsch Welle**, Berlin, 26 april 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/nabucco-pipeline-future-uncertain-as-hungary-backs-russian-rival/a-15910599>>. Acesso em: 30 out. 2018.

NASSER, Reginaldo; ROBERTO, Willian Moraes. **A Política Externa Turca Pós-2011: das revoltas árabes à ascensão do Estado Islâmico.** Belo Horizonte: Rev. Carta Int., vol. 11, n.2, 2016, p. 5-27.

PAUL, Amanda. **Turkey's EU Journey: What Next?**. Ankara: Insight Turkey, vol. 14, n. 3, 2012, p. 25-33.

PUTNAM, Robert D.. **Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de Dois Níveis**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, vol. 18, n. 36, 2010, p.147-174.

RECEP Tayyip Erdogan annonce trois mois d'état d'urgence en Turquie. **Libération**, Paris, 15 juillet 2016. Disponível em : <https://www.liberation.fr/planete/2016/07/15/recep-tayyip-erdogan-annonce-trois-mois-d-etat-d-urgence-en-turquie_1466523>. Acesso em: 26 out. 2018.

ROBINS, Philip. **Turkey's 'double gravity' predicament: the foreign policy of a newly activist power**. Oxford: International Affairs, vol. 89, n. 2, 2013, p. 381-397.

ROBINS, Philip. **Turkish foreign policy since 2002: between a 'post-islamist' government and a Kemalist state**. Oxford: International Affairs, vol. 83, n.1, 2007, p. 289-304.

SPOHR, Alexandre P. **A Política Externa na Promoção do Desenvolvimento: Os Casos Brasileiro e Turco**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134173>>. Acesso em: 4 out. 2018.

TOCCI, Nathalie. **Europeanization in Turkey: Trigger or Anchor for Reform?**. South European Society and Politics, vol. 10, n. 1, april 2005, p.73-83.

_____. **Turkey and the European Union: A Journey in the Unknown**. Washington, DC: Brookings, n.5, 2014, p.1-17 (Turkey Project Policy Paper).

_____. **Unblocking Turkey's EU Accession**. Ankara: Insight Turkey, vol. 12, n. 3, 2010, p. 27-31.

TURKEY a reacts angrily to symbolic EU parliament vote on its membership. **The Guardian**, London, Thu 24 Nov 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/nov/24/eu-parliament-votes-freeze-membership-talks-turkey>>. Acesso em: 26 out. 2018.

TURKEY b in no position to become EU member any time soon: Juncker. **Reuters**, London, July 25, 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-turkey-security-eu-juncker-idUSKCN1050L9>>. Acesso em: 26 out. 2018.

TURKEY c: our goal is to join the EU by 2023. **Deutsch Welle**, Berlin, 19 Aug 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/turkey-our-goal-is-to-join-the-eu-by-2023/a-19486473>>. Acesso em: 26 out. 2018.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES – UNHCR. **Registered Syrian Refugees by Date**. Geneva, 2018. Disponível em: <<https://data2.unhcr.org/en/situations/syria/location/113>>. Acesso em: 22 out. 2018.

WERZ, Michael. **The European Union and Turkey in 2017: Move On or Apart?**. Washington, DC: Center for American Progress, 2017, p. 1-9.

YAZAR, Yusuf; ERKAYA, Hasan H. **Whither Turkey's Energy Policy?**. Ankara: Insight Turkey, vol. 9, n. 4, 2007, p. 7-22.

ZÜRCHER, Erik J. **Turkey: A Modern History**. 3th ed. London: I. B. Tauris, 2004.